

**UNIDADE E DIVISÃO DO COMPLEXO DA SOJA DIANTE DOS GOVERNOS DE JAIR BOLSONARO NO BRASIL E ALBERTO FERNÁNDEZ NA ARGENTINA**

*Unit and division of the soybean complex under the governments of Jair Bolsonaro in Brazil and Alberto Fernández in Argentina*  
*Unidad y división del complejo de soja bajo los gobiernos de Jair Bolsonaro en Brasil y Alberto Fernández en Argentina*

*Danilo Enrico Martuscelli<sup>1</sup>*  
*Maria Angélica Chagas Paraizo<sup>2</sup>*

**RESUMO:**

Este artigo pretende analisar as diferenças e similitudes da ação política das classes dominantes do complexo da soja, no Brasil e na Argentina, bem como a relação estabelecida entre esse ramo produtivo e os governos de Jair Bolsonaro e Alberto Fernández. Para o caso argentino, sustentamos a hipótese de que predominou em seu interior a ação política unificada em oposição às medidas de natureza intervencionista e estatizante adotadas pelo governo de Alberto Fernández, contribuindo, com isso, para a retomada da lógica de históricos conflitos com o peronismo. Já para o caso brasileiro, operamos com a hipótese de que o comportamento político dos setores situados dentro e fora da porteira do complexo da soja oscilou entre a unidade e a divisão diante do governo de Jair Bolsonaro, por conta da postura autoritária adotada por ele em seus discursos e ações e do conteúdo de sua política governamental ligada ao meio ambiente, à COVID-19 e às exportações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Complexo da soja. Governo Bolsonaro. Governo Fernández. Conflito de classes. Ação política.

**ABSTRACT:**

This article aims to analyze the differences and similarities in the political action of the dominant classes in the soybean complex, in Brazil and Argentina, as well as the relationship established between this productive branch and the governments of Jair Bolsonaro and Alberto Fernández. For the Argentine case, we support the hypothesis

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor de Ciência Política do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). <https://ufu.academia.edu/DaniloMartuscelli> E-mail: [daniolenrico@gmail.com](mailto:daniolenrico@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8769-6762>

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professora de Sociologia e História na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. <https://unicamp.academia.edu/MariaAngélicaParaizo> E-mail: [angélica.paraizo@yahoo.com.br](mailto:angélica.paraizo@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5436-477X>

that unified political action predominated within it in opposition to the interventionist and statist measures adopted by Alberto Fernández's government, thus contributing to the resumption of the logic of historical conflicts with Peronism. As for the Brazilian case, we operate with the hypothesis that the political behavior of the sectors located inside and outside the gate of the soybean complex oscillated between unity and division in the face of Jair Bolsonaro's government, due to the authoritarian stance adopted by him in its speeches and actions and the content of its government policy linked to the environment, the COVI-19 and exports.

**KEYWORDS:** Soybean complex. Bolsonaro government. Fernández government. Class conflict. Political action.

**RESUMÉN:**

Este artículo tiene como objetivo analizar las diferencias y similitudes en la acción política de las clases dominantes en el complejo sojero, en Brasil y Argentina, así como la relación establecida entre esta rama productiva y los gobiernos de Jair Bolsonaro y Alberto Fernández. Para el caso argentino, sustentamos la hipótesis de que en su seno predominó la acción política unificada en oposición a las medidas intervencionistas y estatistas adoptadas por el gobierno de Alberto Fernández, contribuyendo así a la reanudación de la lógica de los conflictos históricos con el peronismo. En cuanto al caso brasileño, operamos con la hipótesis de que el comportamiento político de los sectores ubicados tranquera adentro y afuera del complejo sojero osciló entre la unidad y la división frente al gobierno de Jair Bolsonaro, debido a la postura autoritaria adoptada por éste en sus discursos y acciones y el contenido de su política gubernamental vinculada al medio ambiente, la COVID-19 y las exportaciones.

**PALABRAS CLAVE:** Complejo de soja. Gobierno de Bolsonaro. Gobierno de Fernández. Conflicto de clase. Acción política.

## INTRODUÇÃO

A partir do final dos anos 1990 e início dos 2000, o cultivo, o processamento e a comercialização da soja em ampla escala ganharam enorme projeção na América Latina, em especial na Argentina e no Brasil (GIARRACCA e TEUBAL, 2008; WESZ JR., 2014), constituindo aquilo que alguns analistas têm chamado de “sojização” das economias dependentes (MANZANAL, 2017) e reforçando a lógica do extrativismo agrícola e minerador já presente na região há muito tempo. Embora o processo de “sojização” coincida com a etapa da novíssima dependência e de consolidação do modelo capitalista neoliberal, é necessário observar que suas bases materiais de existência foram sendo gestadas ainda na etapa da nova dependência<sup>3</sup>, quando se

<sup>3</sup> A história das formações sociais dependentes que contam atualmente com avançado grau de desenvolvimento das forças produtivas, como são os casos da Argentina e do Brasil, foi marcada por três formas distintas de dependência (FIORI, 1995; SAES, 2007): a) a antiga dependência, que esteve vinculada

constituiu em âmbito regional o complexo agroindustrial (DELGADO, 2012; GRAS e HERNÁNDEZ, 2013).

Ao longo da primeira década de 2000, Argentina e Brasil constituíram-se, juntamente com os Estados Unidos, como os três maiores exportadores de soja do mundo. No entanto, diferentemente dos Estados Unidos, potência imperialista que exporta, prioritariamente, capitais e mercadorias de alto valor agregado, a Argentina e o Brasil procuraram combinar importação de capitais e de produtos de alto valor agregado com incentivos governamentais à comercialização de *commodities* no mercado internacional, o que levou a soja a ganhar grande protagonismo e se tornar a principal pauta exportadora desses países, sobretudo a partir da liberalização do uso de sementes transgênicas no cultivo.

Consideramos que o agronegócio, bem como as cadeias produtivas que o constituem, são atravessados por diversos fracionamentos da classe burguesa, com diferentes funções do capital (como a burguesia agrária, a burguesia industrial e a burguesia comercial), diferentes escalas de operação (pequeno, médio e grande capital) e com distintas origens do capital (capital nacional, capital estrangeiro e capital estatal) (BOITO JR., 2018; PARAIZO, 2021). Ademais, o caráter periférico e dependente das formações sociais argentina e brasileira, faz com que em seu interior também existam frações burguesas correspondentes à burguesia interna e à burguesia associada ao capital internacional (BOITO JR. e ROJAS, 2009; MARTUSCELLI, 2018).

Com base nos pressupostos supracitados, afirmamos que a cadeia produtiva da soja é composta pelos seguintes fracionamentos da classe burguesa: os sojicultores, produtores rurais vinculados à propriedade fundiária; o segmento industrial, que atua no processamento da soja, transformando-a, sobretudo, em farelo e óleo de soja e, em menor medida, em biodiesel; e as *trading companies*, que conjugam as funções industrial e comercial do capital<sup>4</sup>. No que concerne às diferentes origens do capital, há,

---

ao modelo capitalista agrário-exportador; b) a nova dependência, que esteve ligada ao modelo capitalista de substituição de importações; e c) a novíssima dependência, que está associada ao modelo capitalista neoliberal. Nesta forma de dependência, as potências imperialistas impelem as economias dependentes a atrair investimentos externos sem garantir como contrapartida a promoção de políticas ativas de desenvolvimento. Ou seja, os capitais estrangeiros que chegam a esses países, não se destinam à internalização de conhecimento e de tecnologias de ponta, tampouco à ampliação do mercado interno. Visam apenas ao apoderamento do que já existia, sem nada agregar de novo, algo que Amin (2002, p. 104) chamou de “absorção sem contrapartida”, instaurando, assim, um processo de “periferização de segundo grau” (SAES, 2007) e induzindo as economias dependentes a adotar um modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities* e voltado prioritariamente ao mercado externo.

<sup>4</sup> Outros trabalhos de orientação poulantziana abordaram a ação política das classes dominantes do complexo da soja no Brasil, em conjunturas anteriores a que nos propusemos debater neste texto, e merecem ser mencionados: Ferreira (2021) examinou a relação entre o agronegócio da soja e a política externa brasileira voltada para a China no período de 2003-2010; Rensi e Ferreira (2021) analisaram a posição das representações das *tradings companies* diante das relações exteriores sino-brasileiras no mesmo período; Miguel (2023) caracterizou a posição do médio capital da soja na crise do impeachment de Dilma Rousseff; e Forlini (2021) discutiu a posição da APROSOJA no primeiro ano do governo Bolsonaro. No caso argentino, desconhecemos trabalhos sobre o tema que tenham se orientado pela problemática poulantziana das classes e frações de classe.

no complexo sojicultor, grande influência do capital internacional, considerando a significativa atuação de multinacionais do ramo de grãos a montante e a jusante das porteiras, tendo como exemplo principal empresas como a Archer Daniels Midland (ADM), a Bunge, Cargill e a Louis Dreyfus, responsáveis pelo controle de 90% do volume de soja produzido mundialmente (AGROemDIA, 2022). Deste modo, há diferentes escalas do capital estão presentes na cadeia da soja, uma vez que nela há desde o pequeno sojicultor até as gigantes multinacionais.

De acordo com Giarracca e Teubal (2008), com o neoliberalismo ocorreu o avanço das grandes multinacionais no sistema agroalimentar/agroindustrial. Em decorrência disso, o mercado interno perdeu importância diante do mercado externo para o complexo sojicultor argentino, que se apresentou como vanguarda desse processo no continente. Para Wesz Jr. (2014), o complexo sojicultor argentino e brasileiro apresentam grandes semelhanças, sobretudo no que se refere à intensificação crescente do capital estrangeiro neste segmento, por meio de investimentos de capitais não agrários no setor e da inserção de empresas transnacionais em todas as fases da cadeia produtiva, além de o foco principal da produção de soja ser o mercado externo.

Ademais, é possível observar diferentes dinâmicas referentes ao tipo de exportação realizado pelos dois principais mercados da soja na América Latina. Enquanto nas exportações argentinas passaram a predominar os óleos e farelos de soja (processados), no comércio exterior brasileiro tem prevalecido a soja *in natura* (WESZ JR., 2014; GABBI et al., 2020). Tais diferenças relacionadas ao tipo de soja exportado parecem ser indicadores do caráter simultaneamente especializado, complementar e dependente dessas economias diante das demandas das principais economias importadoras de soja (China, ASEAN e União Europeia).

No Brasil, a produção de soja concentra-se no estado do Mato Grosso, seguido, respectivamente, pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás (EMBRAPA, 2023). Já, na Argentina, a produção de soja se situa predominantemente na região pampeana das províncias de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé e, em menor medida, nas províncias de Santiago Del Estero e Entre Rios (SISA, 2023). Em termos comparativos, os números referentes à safra de 2021/2022<sup>5</sup> nos dois países são os seguintes: no Brasil, foram produzidas 125,55 milhões de toneladas de soja, numa área total de 41,45 milhões de hectares, atingindo uma produtividade média de 3.029 kg/ha (CONAB, 2022); ao passo que, na Argentina, a produção atingiu um total de 44 milhões de toneladas de soja, numa área correspondente a 16,1 milhões de hectares, alcançando uma produtividade média de 2.732 kg/ha (MINISTERIO DE ECONOMÍA 2023).

Considerando os dados sobre a produção mundial de soja de 2023, divulgados pelo United States Department of Agriculture (USDA), a produção brasileira de soja

<sup>5</sup> Tomamos como referência essa safra, pois mais recentemente a Argentina enfrentou problemas de secas e enchentes que alteraram significativamente a produção de soja no país, levando até mesmo o país a importar soja do Brasil. Ou seja, utilizamos dados que expressam certa estabilidade na produção de soja.

correspondeu a aproximadamente 42% da produção global do grão, ficando à frente dos EUA e da Argentina que alcançaram, respectivamente, 31% e 7% da produção mundial de soja (AGROADVANCE, 2023).

No caso das exportações da produção da sojicultura brasileira, os indicadores do MAPA Agrostat de 2021 apontam como principais destinos os seguintes países: soja em grão (China), farelo de soja (Tailândia, Indonésia e Países Baixos) e óleo de soja (Índia e Bangladesh) (CECHIN e NONNENBERG, 2023). Vale destacar que o principal produto exportado oriundo do complexo de soja brasileiro é a soja em grão e apenas o óleo de soja tem a maior parte de sua produção consumida no mercado interno (EMBRAPA, 2023).

No caso das exportações da produção da sojicultura argentina, os dados fornecidos pelo INDEC (2023) indicam como principais destinos: farelos e pellets de soja (Vietnã e Indonésia), óleo de soja (Índia) e soja em grão (China). Na Argentina, os processados da soja (farelos e óleo de soja) predominam na pauta exportadora, o que diferencia este país do Brasil onde predomina a exportação de soja *in natura*, embora em termos absolutos a quantidade de processados produzidos no Brasil supere os elaborados na Argentina. Outro aspecto que diferencia os dois países é o consumo interno de soja, tendo em vista que a Argentina é o único dos grandes países exportadores em que o consumo interno é muito reduzido quando comparado ao montante exportado (BOLSA DE COMERCIO DE ROSARIO, 2019).

Na comparação do complexo da soja dos dois países, é preciso destacar que, no caso argentino, ainda que predomine a propriedade da terra, boa parte do cultivo de soja se concentra em áreas arrendadas e o processo produtivo está muito alicerçado no aluguel de maquinário e no trabalho de prestadores de serviços terceirizados (GRAS e HERNÁNDEZ, 2013; WEISZ JR., 2014). Gras (2012, p. 6) apresenta três traços distintivos do complexo da soja argentino quando comparado ao brasileiro:

Um primeiro traço é a rápida expansão desse cultivo [entre 1991 e 2002, a área cultivada com soja cresceu cerca de 130% no país] (...). O segundo traço refere-se ao caráter pioneiro do país na adoção do novo paradigma tecnológico [alicerçado na soja transgênica]. O terceiro traço distintivo é a existência de um ativo mercado de contratantes de maquinaria e serviços que facilitou a terceirização de tarefas e a reorganização das estruturas produtivas (...).<sup>67</sup>

<sup>6</sup> Como observa Varrotti (2019), no processo de “expansão translatina”, as megaempresas de produção agropecuária argentinas, tais como o Grupo Los Grobo e El Tejar, tiveram que readaptar suas estratégias de acumulação, especialmente quando passaram a atuar no Brasil, e viram-se compelidas a adotar o modelo de negócios baseado na compra de terras e de maquinaria e na contratação direta de força de trabalho, que difere do modelo que costumavam a empregar na Argentina baseado no aluguel de terras e máquinas e na terceirização da força de trabalho.

<sup>7</sup> Todas as traduções de textos disponíveis neste artigo foram feitas por nós

Um aspecto fulcral para entender o comportamento distinto das classes dominantes do agronegócio argentino, em especial do setor da soja, é a questão tributária. Se, no Brasil, desde 1996, existe a Lei Kandir que isentou as exportações agropecuárias do pagamento de impostos e aplicou a taxa de ICMS à comercialização interestadual para esmagamento, estimulando a venda da soja em grão em detrimento da soja processada e industrializada (BENDER, 2017); na Argentina, é histórica a aplicação de impostos sobre exportações (as chamadas *retenciones*) (AGROFY NEWS, 2019), mas tais tributações têm se assentado em um cenário de predomínio da exportação de farelos e óleos (os processados da soja).

Por fim, é possível observar que, nas dinâmicas dos protestos e locautes patronais organizados pelas classes dominantes do campo, a questão da propriedade da terra não adquire a mesma centralidade na Argentina quando comparada ao Brasil. É reduzida a presença ou força dos movimentos de luta pela terra na Argentina quando comparados aos existentes no Brasil, país este marcado pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e de outros movimentos de trabalhadores do campo e, mais recentemente, por lutas crescentes e de grande impacto de comunidades indígenas em torno principalmente da política de demarcação de terras indígenas.

Em termos gerais, as classes dominantes do complexo da soja, na Argentina e no Brasil, possuem um ponto em comum que diz respeito à defesa da manutenção do caráter primário-exportador e dependente das economias latino-americanas. Porém, tais agentes possuem interesses econômicos particulares, que não são passíveis de serem igualmente atendidos pela política de Estado.

Com base nestes elementos, este artigo pretende analisar as diferenças e similitudes da ação política das classes dominantes do complexo da soja, no Brasil e na Argentina, bem como a relação estabelecida entre esse ramo produtivo e os governos de Jair Bolsonaro e Alberto Fernández. Para o caso argentino, ainda que seja possível identificar conflitos pontuais e passageiros entre os setores que integram as classes dominantes do complexo da soja, sustentamos a hipótese de que predominou em seu interior a ação política unificada em oposição às medidas de natureza intervencionista e estatizante adotadas pelo governo de Alberto Fernández, tendo se articulado tal oposição com outros segmentos produtivos e contribuído, com isso, para a retomada da lógica de históricos conflitos com o peronismo. Já para o caso brasileiro, operamos com a hipótese de que o comportamento político dos setores situados dentro e fora da porteira do complexo da soja oscilou entre a unidade e a divisão diante do governo de Jair Bolsonaro, por conta da postura autoritária adotada por ele em seus discursos e ações e do conteúdo de sua política governamental, especialmente relacionados à pauta ambiental, ao COVID-19 e às tratativas comerciais com importantes países consumidores da soja brasileira.

Para cumprir os objetivos propostos acima, dividiremos o texto em duas partes principais, considerando a conjuntura dos governos de Bolsonaro e de Fernández.

Iniciaremos a análise pelo exame do caso brasileiro, tendo em vista que, em termos cronológicos, a chegada de Jair Bolsonaro ao governo nacional antecedeu a de Alberto Fernández. Por fim, esboçaremos algumas conclusões com os principais resultados alcançados pela presente pesquisa até aqui.

## 1. UNIDADE E DIVISÃO DO COMPLEXO DA SOJA DIANTE DO GOVERNO BOLSONARO

No contexto das eleições presidenciais de 2018, o candidato à presidência Jair Bolsonaro contava com amplo apoio da alta classe média e dos proprietários rurais que, imbuídos de perfil anticomunista, encontraram no discurso conservador, reacionário e intolerante do presidenciável do PSL, eco para seus posicionamentos políticos. Deste modo, a alta classe média reacionária e os proprietários rurais tornaram-se um dos principais sustentáculos do que viria a ser um governo de caráter neofascista (BOITO JR., 2021; VALLE e NARCISO, 2021).

Conforme apresentado na análise realizada por Pompeia (2022, 2023), dentre os proprietários rurais que apoiavam veementemente Bolsonaro, até mesmo antes do pleito presidencial, destacavam-se os pecuaristas e os sojicultores. Subordinados à agroindústria no âmbito da verticalização existente no agronegócio, os setores agropecuários vinculados diretamente à propriedade agrária se aproximaram do então deputado Bolsonaro e de seu discurso ainda em 2017.

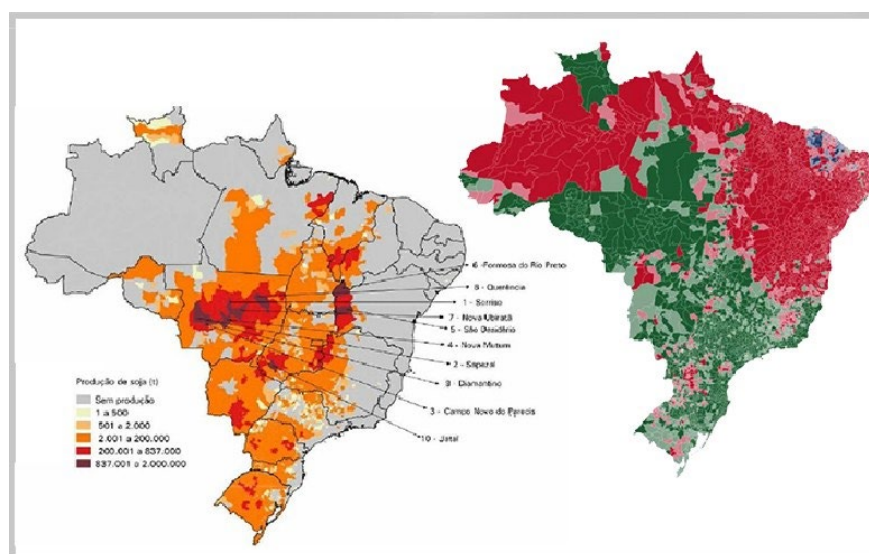
A aproximação entre Bolsonaro e os sojicultores foi sendo aprofundada paulatinamente. Essa aproximação pode ser ilustrada por meio da reportagem “Com receio da esquerda, agricultura fecha apoio a Bolsonaro”, assinada por Batista e Freitas (2018) e publicada na Revista Exame. Nessa reportagem, é possível observar claramente o apoio dos produtores de soja à candidatura de Bolsonaro, quando Bartolomeu Braz Pereira, então presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), afirma que o voto e o apoio a Bolsonaro seriam quase que uma unanimidade no setor.

Os apoiadores do candidato reacionário e conservador que se destacavam como os mais obstinados eram os donos de terra das regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil e isso teve repercussão no voto em Bolsonaro, como podemos observar no mapa abaixo<sup>8</sup>. A justificativa apresentada pelo presidente da APROSOJA para tal apoio era a de que

<sup>8</sup> Não teremos condições de desenvolver neste artigo o debate sobre a relação entre o poder econômico exercido pelas classes dominantes do agronegócio da soja e o voto de barganha nas regiões acima mencionadas. No entanto, podemos aventar a hipótese de que o processo de “sojização” de amplas regiões do país teve como efeito a criação de toda uma rede de empregos e serviços que permitiram difundir práticas de clientelismo eleitoral condizentes com a lógica do voto mercadoria. Veremos mais adiante (mapa 2) que, também no caso argentino, houve uma forte relação entre regiões sojicultoras e voto nas candidaturas antiperonistas. Para uma distinção entre voto de cabresto, que predomina em regiões marcadas por relações de produção pré-capitalistas, e voto de barganha/mercadoria, que se difunde sob relações de produção propriamente capitalistas, ver: Farias (2000).

“os produtores o apoiam por suas propostas nas questões de segurança e fundiária”. Em outros termos, podemos dizer que o apoio dos proprietários de terras a Jair Bolsonaro se justificava pela truculência do mesmo em relação aos movimentos populares do campo e sua postura beligerante no que concerne à defesa da propriedade privada da terra.

**Mapa 1 - Área de cultivo da soja (em tons alaranjados) e predominância de voto em Bolsonaro (em tons esverdeados) no primeiro turno das eleições de 2018**



Fonte: Oliveira (2018)

Num momento em que Fernando Haddad, então candidato pelo PT, ganhava força nas pesquisas eleitorais, outros candidatos com caráter político mais conservador, como o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, apesar de serem bem vistos por segmentos do agronegócio, tiveram suas candidaturas desidratadas no avanço do pleito eleitoral. Deste modo, não podemos afirmar que o apoio conferido a Bolsonaro se deu da mesma maneira entre todas as frações burguesas compõem o agronegócio. Se, por um lado, o discurso e o posicionamento políticos radicais de Jair Bolsonaro agradavam os segmentos do agronegócio vinculados diretamente à propriedade da terra, como é o caso dos sojicultores, por outro, desagradavam, em partes, a agroindústria. No entanto, o temor pelo retorno do PT fez com que o apoio à candidatura de Jair Bolsonaro aumentasse entre o grande empresariado brasileiro (BOITO JR., 2021), o que acreditamos ter sido o caso do complexo da soja como um todo, devido à relação que se estabeleceu posteriormente entre este segmento e o governo neofascista.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> De acordo com as análises realizadas por Boito Jr. (2019), o caráter neofascista do bolsonarismo se justifica por ser um movimento de massas de caráter reacionário, no sentido de ser composto e mobilizar uma significativa parcela das camadas médias reacionárias da sociedade brasileira. Essa mobilização, de acordo com o autor, originou-se em 2015, desde o movimento pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, cujo objetivo consistia em eliminar o reformismo burguês vigente durante os governos do PT. Embasado no culto



Mas onde o agronegócio e, sobretudo, a cadeia da soja, se encaixam como base de apoio do governo Bolsonaro e como isso ocorre? Primeiramente, é preciso reiterar que questões referentes ao posicionamento contrário aos movimentos populares do campo e seus respectivos direitos territoriais, ou seja, questões em torno da problemática agrária, aproximaram o agronegócio como um todo do governo Bolsonaro, considerando que a garantia da propriedade fundiária, mediante, inclusive, a facilitação do armamento e utilização de armas por parte dos proprietários rurais, favorece tanto os produtores rurais (vinculados à posse da terra), quanto a agroindústria e as *trading companies*, uma vez que estas dependem da produção dos primeiros para a viabilização do processamento e comercialização da produção agropecuária.

Na gestão de Bolsonaro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) passou a ter uma forte influência das entidades do agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), tendo Teresa Cristina, líder da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), como ministra. Ademais, Nabhan Garcia, pecuarista ligado a uma das mais históricas e reacionárias entidades do setor agropecuário, a União Democrática Ruralista (UDR), foi nomeado como Secretário de Assuntos Fundiários no MAPA. Para o Ministério do Meio Ambiente, Bolsonaro nomeou Ricardo Salles, um dos fundadores do movimento "Endireita Brasil" e que já havia atuado como advogado em favor do agronegócio (NANINNI; CASIMIRO, 2022).

Deste modo, os agentes significativos do setor agropecuário passaram a atuar diretamente no governo Bolsonaro que, por sua vez, passou a beneficiar sobremaneira o agronegócio:

Consciente do poder político e econômico do agronegócio, Bolsonaro e sua equipe ministerial não mediram esforços para salvar o setor. Assim, transformaram o aparato institucional do Estado em um mecanismo que criou imunidades implícitas, legalizando o desmatamento e a violência no campo, mediante leis e normas que favoreceram a manutenção e ampliação do quadro trágico que o país vivenciou na presidência Bolsonaro, seja na esfera social, econômica ou ambiental. (NANINNI, 2023, p. 93)

No entanto, partindo do princípio da composição heterogênea das classes e frações de classe burguesas no interior do agronegócio, a unidade política entre esse setor econômico e o governo Bolsonaro assume um caráter modular de acordo com

---

à violência, na crítica à corrupção e à “velha política”, no anticomunismo, no machismo, na homofobia e, em partes, no racismo, o bolsonarismo - e seu representante, Jair Bolsonaro, - ganham força política no declínio de partidos de centro-direita tradicionais (PSDB e PMDB). Ainda segundo Boito Jr. (2019), com a vitória de Jair Bolsonaro no pleito presidencial de 2018, inicia-se, então, um governo neofascista que viabiliza a retomada da hegemonia no interior do bloco no poder por parte do grande capital internacional e da burguesia a ele associada, tendo, como classe-apoio, a classe média. Sobre o caráter neofascista do bolsonarismo, ver: Boito Jr. (2019).

questões mais específicas que foram defendidas e/ou colocadas em prática pelo referido governo.

Com base nas análises realizadas por Pompeia (2022, 2023), no caso do complexo da soja, identificamos que a principal modulação do posicionamento político existente entre os sojicultores (representados pela APROSOJA Brasil e pelas APROSOJAs regionais) e a agroindústria (cuja representação reside na Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE, associação que congrega as maiores *trading companies* nacionais e internacionais do ramo do processamento e comercialização de grãos) refere-se à radicalização do governo Bolsonaro sobre questões ambientais.

A APROSOJA demonstrou um apoio mais enfático ao negacionismo ambiental do governo Bolsonaro, a exemplo de quando, mobilizados através do Movimento Brasil Verde e Amarelo,<sup>10</sup> defenderam a extinção do Ministério do Meio Ambiente. Já a Abiove, embora nos bastidores tenha acordo com o afrouxamento das leis ambientais, não assumiu um posicionamento político público sobre essa questão, uma vez que tal entidade foi central no processo da Moratória da Soja (POMPEIA, 2022, 2023), pacto ambiental subscrito em 2008 que estabeleceu a prevenção e adoção de medidas contra o desmatamento da região amazônica. Neste ponto, vale destacar que entidades ambientalistas internacionais, como o Greenpeace e o WWF, compuseram o processo de construção da Moratória da Soja, o que indica a pressão estrangeira para um posicionamento favorável à defesa do meio ambiente por parte da agroindústria da soja.

No entanto, em 2020, ano em que a Amazônia registrou o maior número de queimadas da história, a ABIOVE e outras entidades vinculadas à agroindústria - como a ABAG e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) - publicaram um manifesto crítico à campanha mundial “*Defund Bolsonaro*” que culpabilizava o governo Bolsonaro pela destruição da Amazônia. No manifesto, as entidades afirmavam que a campanha extrapolava os limites do respeito, tendo caráter difamatório e radical, o que contribuiria para alimentar “a polarização política que a poucos interessa” (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2020).

De acordo com Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, a reação das entidades do agronegócio diante da campanha contra a destruição da Amazônia era preocupante, considerando que em sua veiculação não havia menção direta ao setor, mas sim ao governo federal. Segundo Astrini, tais entidades deveriam se unir à sociedade civil diante da retirada da fiscalização ambiental por parte do governo

<sup>10</sup> O Movimento Brasil Verde e Amarelo foi um movimento criado em 2019 por entidades ruralistas, entre elas a APROSOJA, que promoveu diversas manifestações em apoio a Jair Bolsonaro, inclusive, fomentando os atos golpistas encabeçados pelo ex-presidente. Dentre as pautas defendidas pelo Movimento Brasil Verde e Amarelo estavam as reformas tributária e previdenciária, o chamado “Pacote Anticrime” - referente às medidas que visavam o endurecimento da legislação penal brasileira -, o fim das medidas sanitárias de lockdown no contexto pandemia da covid-19 e, no cenário eleitoral, a realização de eleições com voto impresso e auditável. Ou seja, as pautas defendidas pelo Movimento Brasil Verde e Amarelo eram exatamente as mesmas pautas apresentadas por Jair Bolsonaro.

federal, uma vez que isso é o que de fato traria prejuízos para a imagem do Brasil e do agronegócio no exterior (VILARINO, 2020). Em nossa interpretação, tal fato ilustra que há uma concordância velada por parte da agroindústria - e, especialmente, por parte da agroindústria da soja - no que se refere à política ambiental destrutiva do governo Bolsonaro. Porém, tal concordância é atenuada pela retórica sobre a necessidade de diálogo e de não adoção de posturas radicais, como as atribuídas pelas entidades agroindustriais à campanha *Defund Bolsonaro*.

Neste debate, é interessante destacar que, na segunda metade de 2020, a APROSOJA rompeu com a ABAG pelo fato de essa associação compor a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e ter, assim, subscrito um conjunto de seis propostas para conter a destruição da Amazônia endereçado ao governo Bolsonaro (SNA, 2020). Segundo Marcello Brito, então presidente da ABAG, o desmatamento fora de controle da Amazônia era um risco à economia brasileira e ao próprio agronegócio, que, além de poder ser penalizado em termos de exportação, como forma de possíveis sanções em decorrência da degradação ambiental, também é dependente do equilíbrio climático proporcionado pela floresta. Já Bartolomeu Braz Pereira, presidente da APROSOJA na ocasião, interpretava que as ações da Coalizão eram mera “politicagem” oportunista. Para Pereira, os posicionamentos da ABAG referentes à sustentabilidade prejudicavam a imagem do produtor rural brasileiro. Em suas palavras:

Tentamos várias vezes com a diretoria fazer com que ela olhasse para o Brasil que produz e protege. Temos problemas, sim, mas muito pequenos e precisamos resolvê-los, e não estampar esses problemas, colocar isso como o principal e levar o Brasil a ter uma imagem ruim [...] Somos os que mais protegemos (o meio ambiente) e eles conseguiram, sendo uma associação que se diz representante do agronegócio brasileiro, levar a uma imagem totalmente distorcida. (SNA, 2020)

Deste modo, é possível notar que o alinhamento da APROSOJA com o governo Bolsonaro era ainda mais estreito do que uma concordância velada da agroindústria com as políticas do referido governo. Como exporemos mais adiante, tal alinhamento resultou até mesmo no financiamento de atos antidemocráticos e de apoio político declarado por parte dos sojicultores ao governo Bolsonaro. Mas antes, é preciso ainda nos mantermos na conjuntura referente ao ano de 2020, contexto que, para além do avanço da destruição da fauna e flora amazônicas, também ficou marcado pela crise sanitária em decorrência da pandemia da Covid-19.

Com base na análise realizada por Del Passo e Valle (2021), é possível notar que as frações burguesas estabeleceram uma relação de unidade e conflito com o governo Bolsonaro no contexto da crise sanitária global. Essa unidade se deu em torno da política econômica e o conflito, por sua vez, no que tange à política sanitária e à movimentação golpista colocada em prática pelo próprio presidente.

No que se refere à política econômica, destacamos que a reforma da previdência foi um ponto de unidade entre o setor agropecuário e o governo Bolsonaro e, por óbvio, entre a cadeia da soja e o governo em questão. Para exemplificar essa afirmação, podemos citar a carta aberta em defesa da reforma previdenciária, assinada por mais de 40 entidades do agronegócio e destinada a Bolsonaro em abril de 2019. Na carta, que também contou com o apoio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), seus signatários afirmavam ter “confiança que este Governo e essa Legislatura serão capazes de nos dar a esperança de um futuro muito melhor para nossos filhos e netos” (PORTAL DBO, 2019) ao realizar a reforma em questão. Ademais, alegavam que a reforma da previdência seria capaz de contribuir para o crescimento do país, ressaltando a centralidade do agronegócio na economia brasileira.

Na realidade, a reforma previdenciária, ao compor o conjunto de reformas neoliberais colocadas em prática pelo governo Bolsonaro, contemplou os interesses das frações burguesas que compõem o bloco no poder brasileiro de maneira geral. Conforme descrito por Del Passo e Valle (2021, p. 26):

Grosso modo, as frações burguesas se unificaram no apoio à política econômica neoliberal, mais especificamente as reformas neoliberais contra os trabalhadores e as privatizações. Mas isso não eliminou a existência de conflitos em torno de algumas definições de política econômica. O capital internacional e a burguesia associada (particularmente as corretoras e fundos de investimentos), frações da grande burguesia interna (industrial, agrária, bancária e comercial), e grandes proprietários de terra (incluindo madeireiros e garimpeiros que atuam à margem da lei), são as classes e frações de classe cujos interesses foram os mais contemplados pela política estatal. Uma hipótese que trabalhamos é que, dentre estas frações, seria possível verificar certa preponderância de interesses, sendo o grande capital internacional e a burguesia associada priorizados em relação às demais – isto é, a fração hegemônica no bloco no poder.

Temos concordância com Del Passo e Valle (2021) no que se refere às frações burguesas que tiveram seus interesses contemplados pela política colocada em prática pelo governo Bolsonaro. Nesta dinâmica, o complexo da soja brasileiro foi deveras favorecido, porque, como já citado anteriormente: 1) possui em sua composição os grandes proprietários de terra; 2) é também composto, em seu segmento agroindustrial, majoritariamente por *trading companies* multinacionais, que fazem parte do grande capital internacional; 3) além de a grande burguesia interna, que está presente nessa cadeia produtiva, também ter se beneficiado com o retorno da política econômica neoliberal, uma vez que o agronegócio em si é bastante favorecido pela lógica do neoliberalismo, sobretudo pelo tipo de desenvolvimento capitalista voltado prioritariamente para o mercado externo. Em síntese, a reafirmação do modelo capitalista neoliberal por parte do governo Bolsonaro foi muito funcional para o complexo sojicultor, tendo em vista que a maior parte de seus lucros é aferida no mercado externo.

Apesar de o modelo capitalista neoliberal reafirmado pelo governo Bolsonaro ter contemplado os interesses políticos da cadeia da soja, há também uma relativa relação conflitiva entre esse ramo produtivo e o referido governo, principalmente no que se refere aos possíveis prejuízos que poderiam advir do mercado internacional devido à postura negacionista e antidemocrática do chefe do Executivo Federal na ocasião, o que afetaria os interesses econômicos do complexo sojicultor.

No contexto da pandemia de Covid-19, o governo Bolsonaro assumiu uma postura negacionista indo na contramão das determinações das autoridades sanitárias globais, conduzindo a crise social, econômica e sanitária decorrentes desse momento atípico e único de maneira desastrosa e, ousaremos dizer, criminoso - considerando o altíssimo número de mortes de brasileiros devido à inação do governo federal em relação à infecção da população pelo coronavírus, ou melhor dizendo, devido à sua ação premeditada em função da ideia de “imunidade de rebanho” promovida pela figura do próprio presidente da República.

No que se refere às frações burguesas que compõem o bloco no poder brasileiro, essas se dividiram entre as que apoiaram o negacionismo bolsonarista - como os grandes proprietários de terra, a burguesia comercial de caráter varejista e algumas frações da burguesia industrial - e as que se opuseram ao negacionismo - a exemplo do grande capital, como os grandes bancos nacionais, o capital financeiro associado, a grande indústria, o grande comércio e as *trading companies* agropecuárias (DEL PASSO e VALLE, 2021).

Ilustramos a postura negacionista por parte dos sojicultores citando o fato de que a APROSOJA (MT), principal associação regional dos produtores de soja - se colocou contra o isolamento social alegando que isso traria prejuízos à produtividade e logística do setor (TOLEDO, 2020). Já a ABIOVE, apesar de não se manifestar a favor ou contra o isolamento social, não assumiu uma postura negacionista. Ao contrário, lançou um comunicado, ainda em março de 2020, afirmando que suas associadas estavam seguindo todas as medidas sanitárias para garantir a segurança de seus trabalhadores (ABIOVE, 2020a). Ademais, André Nassar, presidente da ABIOVE, afirmava que a pandemia não iria trazer prejuízos para as exportações do setor (Cf. SCHNEIDER ET AL., 2020), demonstrando, assim, uma postura distinta da APROSOJA.

Durante a pandemia, parte das instituições brasileiras reagiram para tentar conter ou mitigar as medidas negacionistas por parte do governo Bolsonaro, a exemplo de diversas ações por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) e da CPI da Covid. Além dessa pressão institucional em função da crise sanitária, Bolsonaro também foi e é alvo de outros inquéritos e ações que envolvem a atuação tanto do STF como do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dentre as 24 ações e inquéritos que envolvem e investigam Bolsonaro e seus aliados, podemos citar o uso das chamadas “milícias digitais” nas eleições de 2018, o vazamento de inquérito, a interferência na Polícia Federal, o ataque

às urnas eletrônicas e realização de diversos atos antidemocráticos que atacavam e ameaçavam, justamente, as instituições brasileiras<sup>11</sup>.

A crise sanitária estimulada pelo governo Bolsonaro coexistiu, assim, com uma crise política a qual Del Passo e Valle (2021, p. 35) denominam como “crise de representatividade aguda”, uma vez que ela foi estimulada pelo próprio presidente com a finalidade de minar o sistema democrático. Neste contexto, os sojicultores estiveram lado a lado com Bolsonaro, apoiando e financiando os atos golpistas pré e pós pleito presidencial de 2022:

Sob a liderança de Antônio Galvan, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), o Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA) foi apontado como responsável por duas das frentes de deslegitimação do resultado eleitoral em 2022: os bloqueios rodoviários e o deslocamento de caminhões em comboio com destino ao Quartel General do Exército em Brasília. Entre os líderes indiciados estão Galvan, três presidentes e vice-presidentes estaduais da Aprosoja. No ano do início de suas atividades, em 2019, o MBVA foi responsável pelo desfile de tratores durante as comemorações do 07 de setembro. Em maio de 2021, o movimento estampava a seguinte mensagem em caminhões levados a Brasília durante uma manifestação pró-governo: “Faça o que for preciso! Eu autorizo, Presidente!” (CASTILHO ET AL., 2023).

Diferentemente, a agroindústria da soja se manifestou, em conjunto com outras entidades agroindustriais, em defesa da democracia nas ocasiões de agravamento da crise política insuflada por Jair Bolsonaro. Como exemplo, é possível apontar o manifesto lançado em agosto de 2021, subscrito por sete entidades, entre elas a ABIOVE, em defesa da democracia e criticando a instabilidade política, num momento em que Bolsonaro fazia seguidos ataques contra o sistema eleitoral e as instituições políticas brasileiras. Nesse manifesto, as entidades afirmavam que:

A moderna agroindústria brasileira tem história de sucesso reconhecida mundo afora, como resultado da inovação e da sustentabilidade que nos tornaram potência agroambiental global. Somos força do progresso, do avanço, da estabilidade indispensável e não de crises evitáveis. Seguiremos contribuindo para a construção de um futuro de prosperidade e dinamismo para o Brasil, como temos feito ao longo dos últimos anos. O Brasil pode contar com nosso trabalho sério e comprovadamente frutífero. (Cf. PITTA, 2021)

Neste debate a respeito das posições políticas modulares e, em certa medida, divergentes por parte dos sojicultores e da agroindústria da soja, vale destacar também a existência de conflitos internos entre esses segmentos da cadeia produtiva da soja que

<sup>11</sup> Além das ações e inquéritos citados há também outros referentes mais recentes referentes ao uso de programas sociais com fins eleitorais, utilização do Palácio da Alvorada para campanhas voltadas para a reeleição, apropriação pessoal de presentes internacionais concedidos ao Estado, entre outros. Cf. Gulino e Cople (2023).

vão para além do contexto de apoio ou crítica ao governo Bolsonaro. No ano de 2020, Bartolomeu Braz Pereira, presidente da APROSOJA Brasil, escreveu o artigo “O Brasil que queremos valoriza o agro eficiente” para o site Canal Rural polemizando as exigências internacionais a respeito da preservação do meio ambiente, alegando que as *trading* e as demais indústrias internacionais deveriam respeitar o sistema brasileiro de produção de alimentos, uma vez que esse “é o mais desenvolvido e sustentável do mundo” (PEREIRA, 2020). Em uma postagem sucinta no Twitter, a ABIOVE comentou a referida publicação de Pereira, pontuando que isso denotava que a entidade dos produtores de soja “despreza a visão de cadeia. Faltou humildade ao presidente da Aprosoja.” (ABIOVE, 2020b).

Ainda sobre os conflitos internos entre os sojicultores e a agroindústria da soja, no ano de 2022, a APROSOJA trouxe à tona o rumor de que a ABIOVE pretendia propor ao governo federal a implementação de medidas voltadas à taxaço ou retenço de parte da produço de soja no mercado interno. Em nota divulgada em seu site oficial, a APROSOJA alegava que tal medida existia de maneira similar na Argentina na forma das chamadas *retenciones*, algo que era bastante prejudicial para a economia do país vizinho e no Brasil seria uma forma de burlar a Lei Kandir, o que prejudicaria a economia de livre mercado e aumentaria a exploraco do produtor rural brasileiro por parte das multinacionais (APROSOJA, 2022). A ABIOVE (2022), por seu turno, se limitou novamente a realizar uma postagem no Twitter alegando que todas as informaco es presentes na nota da APROSOJA eram inverdades. De fato, tal medida não foi encaminhada ao governo federal e muito menos colocada em prática.

Retomando os apontamentos sobre a relaco estabelecida pelos segmentos do complexo sojicultor e o governo Bolsonaro, destacamos que no ano eleitoral de 2022, quando os ataques de Jair Bolsonaro à democracia e ao sistema eleitoral se intensificaram, e atos antidemocráticos eram articulados pelos bolsonaristas para o 7 de setembro, oito entidades vinculadas ao agronegócio e, novamente, entre elas, a ABIOVE, assinaram uma carta articulada pela Federaço das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em defesa da democracia e, especialmente, do papel exercido pelo STF e pelo TSE. Conforme exposto na carta:

As entidades da sociedade civil e os cidadãos que subscrevem este ato destacam o papel do Judiciário brasileiro, em especial do Supremo Tribunal Federal, guardião último da Constituiço, e do Tribunal Superior Eleitoral, que tem conduzido com plena segurana, eficiêcia e integridade nossas eleico es respeitadas internacionalmente, e de todos os magistrados, reconhecendo o seu inestimável papel, ao longo de nossa história, como poder pacificador de desacordos e instância de proteço dos direitos fundamentais. A todos que exercem a nobre funço jurisdiccional no país, prestamos nossas homenagens neste momento em que o destino nos cobra equilíbrio, tolerância, civilidade e visão de futuro. (Cf. CNN BRASIL, 2022)

Porém, vale destacar que a assinatura da carta não foi consenso entre as entidades do agronegócio. Algumas delas não subscreveram o documento, alegando que a citação das urnas eletrônicas na redação da carta poderia ser interpretada de maneira político-eleitoral, o que possivelmente fomentaria a polarização política e geraria cisões internas no setor (UOL, 2022). Isto demonstra o forte apoio de diversos segmentos do agronegócio ao bolsonarismo.

Tal apoio seria reafirmado no processo eleitoral de 2022 e nos atos antidemocráticos que ocorreram nos dias e meses seguintes ao segundo turno. De acordo com o relatório “As origens agrárias do terror”, produzido pelo site De olhos nos ruralistas, a campanha eleitoral de Bolsonaro recebeu vultuosos recursos financeiros de fazendeiros, em especial daqueles vinculados à soja. Além disso, baseando-se em dados do inquérito do STF, o mesmo relatório identificou os financiadores de ações contra os resultados eleitorais, tais como: bloqueios de estrada, trancamento de portos e refinarias de petróleo, destruição de torres de energia elétrica, tentativa de explosão de bomba em local próximo ao aeroporto de Brasília e organização de caravanas para a capital federal que mais tarde resultaram na depredação da Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2024. Dos 43 financiadores dos atos golpistas, 29 eram produtores ou comerciantes de soja (FIALHO ET AL., 2023). Importante observar que a ABIOVE (2023) foi contundente na crítica aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, vindo inclusive a exigir a identificação e a punição dos criminosos.

Diante destes fatos, concluímos que os segmentos industrial e comercial do complexo sojicultor, ramos que lidam diretamente com agentes internacionais, assumiram uma postura pragmaticamente crítica em relação ao posicionamento antidemocrático e negacionista do governo Bolsonaro por causa dos potenciais efeitos negativos que as ações governamentais trariam à economia brasileira. Os produtores de soja, por sua vez, estreitaram o vínculo estabelecido com o governo, devido ao alinhamento ideológico que com ele possuem, no que concerne à defesa da exploração irrestrita da propriedade rural e ao combate aos movimentos sociais e aos setores populares do campo.

## 2. UNIDADE DAS CLASSES DOMINANTES DO COMPLEXO DA SOJA CONTRA O GOVERNO FERNÁNDEZ

Nas eleições presidenciais argentinas de 2019, Alberto Fernández (coligação *Frente de Todos*) venceu seu principal opositor e candidato à reeleição Mauricio Macri (coligação *Juntos por el Cambio*) no primeiro turno por uma diferença de 48,1% a 40,37%,<sup>12</sup> em um contexto bastante desvantajoso para o progressismo na América

<sup>12</sup> De acordo com a legislação eleitoral argentina, é considerado eleito no primeiro turno o candidato que obtiver mais de 45% dos votos ou mais de 40% com uma distância de 10% em relação ao segundo colocado.



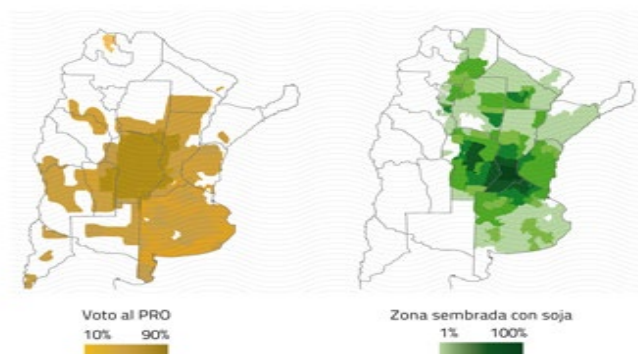
Latina, tendo em vista que a extrema-direita vinha liderando os governos dos EUA (Trump) e do Brasil (Bolsonaro).

Neste momento, a Argentina vivia sob forte impacto de uma crise econômica aberta desde 2018, escancarando o processo de “estancamento” econômico iniciado no país em 2012 (PIVA, 2023). Tal crise se agravou ainda mais com a emergência da crise sanitária nos primeiros meses de 2020. Quando inicia seu mandato, pesa sobre o governo Fernández a espada de Dâmocles dos vultosos empréstimos contraídos pelo governo Macri perante o FMI, ou seja, a possibilidade de imprimir uma política governamental alternativa ao neoliberalismo ortodoxo viu-se profundamente limitada pelos constrangimentos econômicos oriundos do endividamento externo e da fuga de capitais, como também pelos efeitos econômicos e sociais deletérios deles decorrentes, o que acabou, na prática, induzindo o novo governo em muitas situações a adotar uma política governamental bastante ziguezagueante. Além disso, o peronismo vinha acumulando sucessivas crises internas ao longo dos últimos anos, que se somavam ao *lawfare* imposto contra a figura política de Cristina Kirchner,<sup>13</sup> e a nova coalizão governamental expressava essas tensões que viriam a assumir um caráter explosivo ao longo de todo o mandato de Fernández (PIVA, 2023; TZEIMAN, 2023).

Ainda que tenham sido derrotados nas urnas em 2019, Macri e seu partido (PRO-Propuesta Republicana) haviam sido referendados nos processos eleitorais de 2015 (presidencial) e 2017 (legislativo) com um programa claramente neoliberal, distando assim de outras experiências mais recentes da região nas quais tal programa só logrou ser implementado por meio de golpes de Estado. Além disso, a votação de Macri e do PRO nas últimas eleições situava-se basicamente nas regiões de cultivo da soja, o que levou o jornalista José Natanson (2017) a caracterizar o PRO como o “partido da soja”. O mapa abaixo publicado em seu artigo ilustra bem essa questão.

<sup>13</sup> Em 1º. de setembro de 2022, quando estava próxima à sua residência no bairro Recoleta, em Buenos Aires, Cristina Kirchner foi recebida por seus correligionários e surpreendida com um atentado que quase a levou a óbito. Por sorte, a arma projetada pelo atirador contra a sua cabeça, a poucos metros de distância, não disparou. Tal episódio foi antecedido por ampla campanha midiática contra sua reputação e figura política e pode ser considerado um sintoma do crescimento da violência política e simbólica na Argentina contra militantes e dirigentes de forças progressistas.

**Mapa 2 - Votos no PRO e área de cultivo de soja - 2015**



Fonte: Ecos Córdoba (2015) e Andy Tow (2015) Apud: Natanson (2017)

Mesmo tendo sido derrotado eleitoralmente em 2019, Macri teve um destacado desempenho na região da produção de soja, como confirma a análise a seguir: “Juntos por el Cambio obteve a maioria dos votos em Córdoba, Entre Rios, Mendoza, San Luis e Santa Fé. E ainda que não tenha triunfado em Buenos Aires, obteve maioria nos departamentos agrícolas e pecuários do interior, que não puderam compensar o peso eleitoral do conurbano bonaerense” (QUAIZEL, 2019).

A ligação das classes dominantes do agronegócio da soja com o macrismo e seu consequente distanciamento em relação ao kirchnerismo/peronismo podem ser também observados a partir dos registros de protestos dos proprietários rurais na Argentina. De acordo com Cotarelo (2020), no período de 2008-2020,<sup>14</sup> os principais protagonistas das manifestações nesse período foram os empresários (45% do total). Das 1.716 manifestações de empresários registradas, 1.662 foram organizadas por empresários agropecuários. Além disso, 72% dos bloqueios e fechamento de estradas e dos tratorações foram realizados no “coração do território sojeiro” (Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé e Entre Rios)<sup>15</sup>. A autora ainda destaca que os protestos dos ruralistas foram mais numerosos no início dos governos de Cristina Kirchner (2008-2009 e 2012-2013) e de Alberto Fernández (2020), vindo a arrefecer no governo de Mauricio Macri (2015-2019), período caracterizado pela reduzida mobilização dos empresários e proprietários rurais.

<sup>14</sup> Eventos registrados até outubro de 2020.

<sup>15</sup> Comparando os ciclos de protestos dos produtores rurais, Mangonnet e Murillo (2017) observam que, de 28 locautes rurais registrados em 24 departamentos entre 1991-2001, a Argentina passou sob o *boom* sojeiro para 973 paralisações em 201 departamentos no período de 2003-2013, sendo que o pico anual foi registrado em 2008, computando neste ano um total de 378 paralisações. Os autores também apontam para a forte vinculação entre locautes rurais e regiões produtoras de soja.

Historicamente, o peronismo progressista de matiz mais intervencionista, voltado para uma perspectiva mais estatista e orientada para o mercado interno, sempre teve uma posição mais conflituosa com a burguesia pampeana ou com os setores dominantes que integram o agronegócio argentino. Isso se deve ao fato de que as classes dominantes do agronegócio tendem a aderir programaticamente ao liberalismo econômico e a defender um tipo de desenvolvimento capitalista voltado para o mercado externo. Tal conflito adquiriu feições de confrontação aberta no contexto do primeiro governo de Cristina Kirchner após sucessivos aumentos dos impostos sobre exportações de produtos agropecuários. Tais aumentos de impostos foram retomados ainda no governo Duhalde em 2002 e cresceram até culminar no processo de aprovação da Resolução n. 125 de 2008, que ficou conhecido como “conflito do campo” e expressou uma reação em bloco e frontal das classes dominantes do agronegócio encabeçada pela Mesa de Enlace<sup>16</sup> contra as medidas adotadas pelo governo. A crise aberta nesse contexto foi muito aguda e o governo foi derrotado no Senado com o voto de minerva de Julio Cobos, vice-presidente na gestão de Cristina Kirchner.

Na Argentina, do ponto de vista associativo, o complexo da soja está organizado da seguinte maneira: a) quatro entidades do agro, com história mais longa e integram a Mesa de Enlace (CONINAGRO, CRA, SRA, FAA), situam-se da porteira para dentro, representam diferentes escalas de capital e integram-se a diferentes atividades agropecuárias, tendo assim uma vinculação mais difusa com o complexo da soja, pois também estão ligadas a outros setores agropecuários, embora devamos reconhecer que a soja predomine em termos territoriais e de escala e comercialização de produção; b) a Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID), entidade que se vincula às *trading companies* da soja e emerge no contexto da introdução da soja transgênica e dos chamados *pools de siembra* nos anos 1990. Trata-se de uma entidade que possui uma postura pública mais discreta e se insere como filiada de outras associações da agroindústria, como as mencionadas a seguir; e c) a Asociación de la Cadena de la Soja Argentina (ACSOJA), entidade ligada à agroindústria e às *trading companies* da soja que surge no bojo do *boom* sojeiro dos anos 2000 e tem se articulado politicamente em várias iniciativas com outras entidades vinculadas à agroindústria, formando o grupo das “4 cadenas” com as seguintes associações: milho (Asociación Maíz y Sorgo Argentino - MAIZAR), girassol (Asociación Argentina de Girasol - ASAGIR) e trigo (Asociación Argentina de Trigo - ARGENTRIGO).<sup>17</sup>

<sup>16</sup> A Mesa de Enlace reunia representações da grande burguesia agrária - Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), Sociedad Rural Argentina (SRA) -, dos pequenos produtores - Federación Agraria Argentina (FAA) e das cooperativas - Confederación Intercooperativa Agropecuaria Limitada (CONINAGRO). Para mais detalhes sobre essa instituição, ver: Grimaldi (2020).

<sup>17</sup> Para uma análise panorâmica de cada uma das entidades aqui citadas, sugerimos a leitura dos verbetes do Diccionario del agro Iberoamericano (SALOMÓN e MUZLERA, 2020). Carini (2021) faz um amplo apanhado sobre o que chama de velha, nova e renovada institucionalidade das representações patronais do agronegócio na Argentina, dando especial ênfase às entidades que integram o novo padrão produtivo iniciado a partir da década de 1990.

Em termos gerais, as frações dominantes da soja posicionaram-se, tendencialmente e em conjunto, contra as políticas do governo Alberto Fernández, sobretudo no que se refere: à política tributária (contra as *retenciones*); à política cambial (defesa do câmbio unificado e rechaço ao dólar soja); à política de cortes de exportação de diferentes produtos agropecuários; à redução da adição do biodiesel à base de soja no diesel produzido na Argentina; à postura considerada condescendente do governo diante das ocupações de terra e das greves de caminhoneiros e portuários, categorias que desempenham atividades fundamentais para a distribuição interna e a exportação dos produtos agropecuários; e às iniciativas governamentais caracterizadas como estatizantes relacionadas à expropriação de uma importante empresa agropecuária (Vicentín), à composição do Conselho de Direção do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) e ao controle das operações e do tráfego na Hidrovia Paraná-Paraguai. Ademais, tais frações reivindicaram políticas infraestruturais e creditícias e procuraram contrariar a maioria das medidas governamentais que visavam dar centralidade ao mercado interno ou reduzir/relativizar o papel central que ocupa o mercado externo na dinâmica da economia argentina com vistas a combater a inflação e o crescimento da pobreza.

Em linhas gerais, os sojeiros argentinos alegam que o complexo sojicultor é um dos principais geradores de emprego e que suas exportações rendem lucros ao país e podem alçar o país à condição de “supermercado do mundo”,<sup>18</sup> não fazendo sentido assim ter seus interesses sacrificados ou penalizados. Na perspectiva do setor, o agronegócio da soja seria fundamental para a superação da crise argentina, mas vinha sendo preterido pelo governo Fernández, discurso que retoma tensões presentes no conflito do campo de 2008 e nas contradições históricas entre agro e peronismo (O'DONNEL, 1977; MANGONNET et al., 2018; VOMMARO, 2019).

No contexto da vitória de Alberto Fernández, representações patronais em geral e ligadas ao setor agropecuário manifestaram interesse em dialogar com o novo governo e cooperar no sentido de produzir políticas “construtivas”, mas ao mesmo tempo indicando que não seria de bom grado o governo aumentar os impostos sobre as exportações de produtos agrícolas ou realizar o corte das exportações de produtos agropecuários (Cf. BERTELLO, 2019; BOYADJIAN, 2019). Poucos dias depois de publicação dos resultados eleitorais, com exceção da SRA, AACREA e AAPRESID, cujos membros haviam trabalhado como funcionários do governo Macri, várias instituições ligadas ao agronegócio da soja publicaram carta desejando êxito ao novo governo e reivindicando a manutenção do ministério da Agricultura (Cf. BICHOS DE CAMPO, 2019).

<sup>18</sup> Em seu governo, Macri reiteradas vezes afirmou que a Argentina deveria evoluir da situação de “celeiro” para “supermercado do mundo”. Na conjuntura analisada nesta comunicação, esse mesmo discurso foi repetido em diversas situações em entrevistas concedidas por Luis Zubizarreta, presidente da ACSOJA, à imprensa, o que parece ser mais um indicador das afinidades ideológicas e políticas existentes entre a burguesia da soja e o macrismo.

No entanto, já nos primeiros dias de governo, as primeiras tensões começaram a aparecer. No início do mês de dezembro, membros da Mesa de Enlace foram processados pela Justiça argentina por participarem dos atos do conflito do campo de 2008 e as quatro entidades (CONINAGRO, CRA, FAA e SRA) rechaçaram publicamente a decisão judicial (Cf. MESQUIDA, 2019). Logo na sequência, surgiu a primeira decisão do novo governo que fez emergir o primeiro conflito com o conjunto dos segmentos do agronegócio e dizia respeito ao aumento dos impostos sobre exportações. Tal iniciativa considerada de emergência pública foi incorporada na Ley de Solidaridad y Reactivación Productiva, apresentada pelo governo Fernández e aprovada pelo Congresso Nacional ainda em dezembro de 2019.<sup>19</sup> Nos dias seguintes, foram organizadas assembleias, tratorações, caminhonetações contrários à decisão tomada (Cf. FRIEDLANDER, 2019a, 2019b). Várias entidades empresariais, sindicais e movimentos sociais assinaram logo após a homologação da lei uma carta chamada “Compromiso Argentino por el Desarrollo y la Solidaridad”, indicando a necessidade de atuar conjuntamente para superar a crise econômica na Argentina que se via nesse momento sob forte pressão inflacionária e do peso do pagamento da dívida externa contraída pela gestão Macri perante o FMI. No entanto, chama-nos a atenção o fato de que nenhuma entidade da Mesa de Enlace assinou o documento.<sup>20</sup>

Os primeiros meses foram de pressão das classes dominantes do agronegócio contra o aumento do imposto sobre exportações, envolvendo além dos métodos de luta já mencionados, o cese de comercialização de produtos agropecuários. No final de fevereiro de 2020, o governo resolveu suspender as exportações até definir um novo esquema de cobrança sobre exportações, o que viria a ser anunciado no início de março: somente haveria aumento de 30% para 33% nos impostos sobre a exportação de soja. O governo Fernández procurava, assim, dividir o agronegócio, ao exigir o aumento dos impostos apenas aos grandes exportadores de soja e ao retirar da matriz tributária os pequenos e médios produtores, iniciativa que não foi tomada pelo governo Kirchner em 2008 e que o levou a pagar um alto preço político (INFOCAMPO, 2020a). ACSOJA e Mesa de Enlace manifestaram-se contrárias à nova proposta de aumento dos impostos sobre a exportação da soja (ACSOJA, 2020a; Cf. BERTELLO, 2020a).

Em meados de março de 2020, tem-se início a pandemia de Covid-19 e o governo Fernández toma uma série de medidas de prevenção da contaminação do vírus que são apoiadas majoritariamente pela população e que logra aumentar sua popularidade, mas tal consenso não durou mais do que dois meses (TZEIMAN, 2023). Da parte dos representantes do agronegócio em geral e da soja em particular, tais medidas foram apoiadas por meio de manifesto. No entanto, foram criticadas outras iniciativas que vinham sendo tomadas por governos subnacionais e dificultando o

<sup>19</sup> A íntegra da lei aprovada pelo Congresso Nacional Argentino pode ser visualizada em: Página 12 (2019).

<sup>20</sup> Ver documento e signatários em: Casa Rosada (2019).

trânsito de caminhões e a distribuição de mercadorias produzidas pelo agro (ACSOJA, 2020b)<sup>21</sup>.

O mês de junho de 2020 foi marcado por três questões importantes no que se refere à relação do governo nacional com o agronegócio. A primeira e mais polêmica foi a proposta de estatizar uma das principais empresas exportadoras de grãos chamada Vicentín, que havia decretado falência em fevereiro do mesmo ano após receber no final do governo Macri grandes empréstimos do Banco Nacional. Em vez de assumir uma liderança do processo, a iniciativa governamental sofreu duras críticas dos grandes meios de comunicação e de várias entidades patronais que viam um risco para a “segurança jurídica” (ACSOJA, 2020c)<sup>22</sup> e temiam o “maximalismo revolucionário do governo” (Cf. CANTAMUTTO e SCHORR, 2022) e um “golpe à propriedade privada” (Cf. TZEIMAN, 2023). No caso da Mesa de Enlace, com exceção da CONINAGRO, todas as demais entidades rechaçaram a posição do governo (MITRE Y EL CAMPO, 2020). Logo, o governo nacional recuou na iniciativa de expropriar a empresa e passou a trabalhar com a ideia de tentar um outro tipo de intervenção nela.

No mesmo mês, foi criado o Conselho Agroindustrial composto por várias entidades ligadas às atividades agroindustriais que propuseram o documento “Estrategia de Reactivación Agroindustrial Exportadora, Inclusiva, Sustentable y Federal” com vistas a demandar (do) e trabalhar juntamente com o governo nacional um plano para os próximos dez anos para estimular as exportações e a produção de alimentos. Poucos dias depois, voltariam a se manifestar em apoio à iniciativa do governo Fernández de manter a Argentina como membro permanente do Mercosul com o objetivo de incrementar as políticas de exportação (ACSOJA, 2020d). A grande ausente nesta concertação foi a Sociedad Rural Argentina, a única entidade da Mesa de Enlace que não participou dessas iniciativas. Em setembro, Daniel Pelegrina, presidente da SRA, pronunciou-se na imprensa afirmando que o kirchnerismo vinha ganhando muito espaço no governo nacional e que isso vinha alimentando a tática de debilitar a Mesa de Enlace (MESQUIDA, 2020). No mesmo mês, novas entidades ingressaram no Conselho Agroindustrial e a SRA ficou novamente de fora (INFOCAMPO, 2020b).

Um terceiro grande tema viria a ocupar a atenção dos segmentos do agronegócio neste período: o chamado “vandalismo rural”, que estaria relacionado aos incêndios intencionais, ao roubo de gado e aos ataques aos silo-bolsas, que são bolsas utilizadas para armazenar grãos e silos que vinham sendo rompidos e rasgados em alguns pontos do país, comprometendo o próprio armazenamento. Várias entidades patronais do agro apoiaram as iniciativas de parlamentares da *Frente de Todos* - Sérgio Massa e Ramiro Gutiérrez – que, diante de tais problemas, visavam caracterizar o vandalismo rural como delito no Código Penal (ACSOJA, 2020e). Em outubro, as quatro entidades que compõem a cadeia agroindustrial (ACSOJA, ARGENTRIGO, ASAGIR e MAIZAR),

<sup>21</sup> Ver documentos e entidades signatárias em: ACSOJA (2020b).

<sup>22</sup> Ver documento e entidades signatárias em: ACSOJA (2020c).

posicionaram-se publicamente contra ações de ocupação de terra que vinham ocorrendo em distintos pontos do país e que caracterizaram como “usurpação ilegal de terra”, vindo a exigir o cumprimento da lei por parte de autoridades nacionais a fim de garantir o direito à propriedade privada (ACSOJA, 2020f).

No final de 2020, os diferentes setores do agronegócio se articularam politicamente para apresentar duas queixas centrais: a) a primeira contra a lei de incêndios em propriedades rurais: no entendimento de várias entidades, ao não fazer distinção entre incêndios acidentais, naturais ou intencionais, a lei aprovada no Congresso Nacional acabaria desconsiderando a presunção de inocência e passaria a tratar equivocadamente todos os produtores rurais como delinquentes ambientais (ACSOJA, 2020g); e b) a segunda contra a paralisação dos trabalhadores dos portos, que foi considerada um entrave para a exportação de mercadorias do agro. As entidades patronais da Mesa de Enlace e das quatro cadeias agroindustriais cobraram do governo nacional ações para colocar fim ao conflito (INFOCAMPO, 2020c, ACSOJA, 2020h).

Uma terceira questão ainda emergiria no final do ano e tomaria a cena no início de 2021, contribuindo para reacender o conflito distributivo e gerar uma solidariedade entre as entidades patronais de diversos segmentos do agronegócio contra as políticas implementadas pelo governo Fernández. Referimo-nos à decisão adotada pelo governo nacional de impedir a exportação de milho entre dezembro de 2020 a março de 2021, visando o abastecimento interno dos setores que utilizam e consomem esta matéria-prima. (INFOCAMPO, 2020d). As entidades representativas das quatro cadeias agroindustriais, o Centro de Exportadores de Cereales (CEC), a AAPRESID e a Mesa de Enlace rechaçaram a política de corte de exportação de milho. No caso da Mesa de Enlace, com exceção da CONINAGRO, todas as demais entidades aderiram à paralisação da comercialização como medida de força contra a política do governo (ACSOJA, 2021a; BICHOS DE CAMPO, 2021a; INFOCAMPO, 2021a; LACOUR, 2021a). No dia 13 de janeiro, o governo nacional recuou e voltou a permitir a exportação de milho (MESQUIDA, 2021a). As quatro entidades da cadeia agroindustrial lançariam ainda um manifesto questionando a longa paralisação dos caminhoneiros que vinha criando óbices à comercialização dos produtos agrícolas, vindo a exigir que o governo nacional arbitrasse no conflito (LA NACIÓN, 2021a).

No primeiro semestre de 2021, o termômetro do conflito distributivo se elevou. As entidades patronais do campo questionaram primeiro as investidas estatizantes do governo nacional sobre a Hidrovia Paraná-Paraguai. Em linhas gerais, admitiam que o governo poderia manter o controle apenas sobre a fiscalização das obras das hidrovias, deixando assim o controle sobre as operações e tráfego nas mãos do setor privado por meio do regime de concessão. Além disso, rechaçaram qualquer possibilidade de encerrada a concessão da Hidrovia SA aos grupos Belga Jan de Nul e argentino Emepa, que o controle sobre as operações e tráfego fosse transferido para a Administração

Geral dos Portos (AGP) por um ano, e exigiram nova licitação (BERTELLO, 2021a; MIRA, 2021a, 2021b; REINKE, 2021).

A proposta de deputados da coalizão *Frente de Todos* de reduzir o uso de biodiesel no diesel foi o segundo alvo de contestação articulada neste período por parte de setores ligados ao processamento de biocombustível e que reivindicavam a “economia verde” (ACSOJA, 2021b, 2021c). As organizações que compõem o Conselho Agroindustrial Argentino, publicaram nota sobre a proposta de deputados da coligação *Frente de Todos*, contestando não só a orientação pregada por eles de reduzir o uso de biocombustível, como também o projeto de ampliação do controle das agências estatais reguladoras responsáveis pela aplicação da nova regra: “é uma tentativa clara e direta de intervenção do Estado nas diferentes cadeias de valor, especialmente na estratégia produtiva, na logística e na política comercial das empresas provedoras de insumos críticos - como o milho e o óleo de soja -, constituindo um obstáculo para o seu normal e eficiente desenvolvimento” (LA NACIÓN, 2021b).

Outro tema objeto de polêmicas foi a medida adotada pelo governo de proibir a comercialização de carne bovina por 30 dias, visando abastecer o mercado interno. Tal medida foi rechaçada pelas quatro entidades das cadeias de valor (ACSOJA, 2021d) e pela Mesa de Enlace, cujas organizações cessaram a comercialização em repúdio à medida do governo (MESQUIDA, 2021b, 2021c; INFOCAMPO, 2021b).

Nos meses de julho e agosto de 2021, quando o conflito político se acirrava e as eleições legislativas se aproximavam, setores ligados ao governo buscaram realizar duas ações relacionadas ao INTA, que funciona como uma espécie de Embrapa na Argentina. A primeira delas foi a proposta do senador Dalmacio Mera de expropriar um terreno dessa instituição para transformá-lo em polo desportivo e educativo em Catamarca e a outra foi um projeto apresentado por duas deputadas do oficialismo, Alcira Figueroa e Mabel Caparrós, de retirar as entidades patronais do agronegócio do Conselho de Direção do INTA (tais como: CRA, Coninagro, FAA, SRA e Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola - AACREA) e estabelecer uma composição que respeitasse a paridade de gênero. Tais iniciativas alimentaram a crítica ao intervencionismo estatal e ao governo Fernández. Foi justamente nesse contexto que a empresa Bayer deixou de atuar no negócio de sementes de soja, o que para alguns representantes da cadeia da soja estaria ligado à ausência de uma nova lei de sementes e mesmo à insegurança da propriedade intelectual de sementes, mesmo não tendo a multinacional estrangeira se pronunciado sobre o assunto (BERTELLO, 2021b).

As entidades da Mesa de Enlace chegaram até a organizar uma ampla mobilização no dia 9 de julho em San Nicolás contra as medidas adotadas pelo governo nacional que, de acordo com a Mesa de Enlace de Entre Ríos: “atentam contra os setores independentes da sociedade”, tais como “o incremento de retenções e impostos, as limitações fixadas às exportações de carne, a estatização da Hidrovia do Paraná e a



ideologização do órgão técnico como o INTA”, acrescentando ainda à contestação “a inexistência de um diálogo construtivo, a limitação das liberdades, as restrições à propriedade privada e as declarações oficiais tendenciosas” (INFOCAMPO, 2021c).

As quatro entidades da agroindústria e a Mesa de Enlace também repudiaram a iniciativa de mudar a composição do Conselho de Direção do INTA que passaria de 10 para 8 membros. Em comunicado emitido conjuntamente em agosto de 2021 por ACSOJA, ARGENTRIGO, ASAGIR e MAIZAR, tais representações manifestaram o seguinte posicionamento: “Direcionar abertamente a composição do Conselho de Administração, propondo apenas a condução do Estado, é destruir a essência da participação privada e acadêmica no debate e nas decisões das políticas da instituição (...)” (ACSOJA, 2021e).

Em setembro, novo embate com o governo nacional em torno da medida que visava proibir parcialmente a exportação de carne bovina até o final de outubro para abastecer o mercado interno. Tal medida foi duramente criticada pelas 64 entidades que compunham o Conselho Agroindustrial Argentino (ACSOJA, 2021f).

Com um acúmulo de conflitos acumulados com as entidades patronais do campo, os sucessivos desgastes políticos que o governo vinha passando e em decorrência da derrota nas eleições legislativas primárias de setembro de 2021,<sup>23</sup> o governo Fernández promoveu uma reforma ministerial, modificando a composição da chefia de gabinete e dos ministérios da Educação, Segurança, Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores e Agricultura, Pecuária e Pesca. Em novembro de 2021, nas eleições definitivas, o governo conseguiu recuperar forças, mas perdeu relativo peso na Câmara dos Deputados, conformando um total de 118 deputados contra 116 de *Juntos por el Cambio* e 23 de outros partidos, e reduziu significativamente a representação total de senadores de 41 para 35. Com isso, o peronismo pela primeira vez desde 1983 deixou de ter maioria no Senado (OLIVEROS e VOMMARO, 2022). Internamente as divisões se aprofundavam na coalizão governamental, o Congresso Nacional eleito passaria a ter uma posição mais hostil, a oposição se via fortalecida e irrompia no cenário eleitoral a extrema direita libertária, tendo em vista os 17% e 7,5% de votos obtidos por Javier Milei e José Luis Espert na cidade de Buenos Aires (TZEIMAN, 2023).

Diante de um governo debilitado, as quatro entidades da cadeia agroindustrial voltaram a pressioná-lo pela redução gradual das *retenciones*, criticando o que consideravam ser uma falsa antinomia criada pelo governo nacional entre abastecer o mercado interno ou exportar e reclamavam a erosão da confiança para investir (LA NACIÓN, 2021c, 2021d).

<sup>23</sup> Nessas eleições, estavam em disputa a metade das vagas da Câmara dos Deputados e um terço do Senado. A coligação *Frente de Todos* obteve 32,5% dos votos e *Juntos por el Cambio* ficou com 41,5%. (OLIVEROS e VOMMARO, 2022).

No primeiro semestre de 2022, as tensões com o governo Fernández voltaram à baila. As entidades ligadas à agroindústria, incluindo a ACSOJA, e a Mesa de Enlace criticaram a proposta do governo de criar o Fundo Estabilizador com o objetivo de estabilizar os custos da produção agrícola e facilitar a compra interna via adoção dos fideicomissos (ACSOJA, 2022a; INFOCAMPO, 2022a). Além disso, a ACSOJA e a Mesa de Enlace rechaçaram a medida governamental adotada em março de restringir a exportação de farelos e óleo de soja, o que levou o governo a recuar e a liberar a exportação deste produto sete dias depois (ACSOJA, 2022b; INFOCAMPO, 2022b, 3TRES3, 2022a).

No início de abril, as quatro entidades da agroindústria passaram a reclamar da falta de insumos e reivindicar a importação de fertilizantes, vindo assim a lançar o comunicado “Sem insumos, não há produção” (ACSOJA, 2022c). No final de abril, depois de o governo aumentar de 31% para 33% as *retenciones* sobre o farelo e o óleo de soja, foi realizado um tratoração no centro de Buenos Aires contra tal medida e a oposição se aproveitou da situação para criticar o governo e apoiar a mobilização do 23A. Tratou-se de um ato que não foi convocado pelas entidades do agronegócio (EL PAÍS, 2022). Nos meses seguintes, as reclamações sobre a falta de insumos e de combustível (diesel) deram a tônica das manifestações em bloco das entidades do agronegócio contra a política do governo Fernández (ACSOJA, 2022d; INFOCAMPO, 2022c, 2022d). A falta de diesel para a produção e as reivindicações pelo aumento do percentual de biocombustível no diesel passaram a ganhar muita centralidade no debate nacional, resultando em uma ampla articulação setores do agronegócio contra o governo. No final do mesmo mês, a Mesa de Enlace de Santa Fé chegou a exigir a renúncia do Secretário de Energia por conta da questão da falta de combustíveis (INFOCAMPO, 2022e). A Mesa de Enlace ainda decidiu cessar a comercialização e organizar uma paralisação no dia 13 de julho, logrando ainda encabeçar um manifesto que contou com a adesão de um amplo número de entidades do agronegócio. O manifesto de corte claramente neoliberal intitulava-se “Preocupados, com uma visão comum e unidos, para que a Argentina volte a crescer” e chamava a atenção para os seguintes pontos: “É urgente o acesso ao diesel e aos fertilizantes para evitar uma paralisia total do aparato produtivo. Também é preciso que haja menos intervenções danosas, que se reduza o gasto público e que se acabe com a crise energética, para torna[r o crescimento] possível” (INFOCAMPO, 2022f).

Diante da dificuldade de superar a crise econômica e de conter o conflito distributivo, no início de julho, o governo Fernández foi levado a realizar uma mudança no Ministério da Economia. Saía um dos nomes de confiança do presidente, Martín Guzmán, e entrava em seu lugar Silvina Batakis, que ficou no cargo por apenas 24 dias. A saída encontrada pelo governo diante da crise ministerial foi criar um superministério da Economia, que seria resultante da fusão das pastas de Economia, Desenvolvimento

Produtivo e Agricultura e passaria a ser encabeçado por Sérgio Massa, que foi o candidato do peronismo nas eleições presidenciais de 2023.

No segundo semestre de 2022, dois importantes temas ganharam centralidade. O primeiro foi o aumento da taxa de juros sobre os empréstimos dos produtores de soja (ACSOJA, 2022e). O segundo foi a adoção do dólar soja, que era uma medida que o governo implementou para aumentar a exportação de soja e garantir o aumento de reservas. O dólar soja designa uma taxa de câmbio mais alta que a oficial aplicada exclusivamente à soja (ACSOJA, 2022f; INFOCAMPO, 2022h). Ambas políticas foram rechaçadas pelas entidades do agronegócio em geral e da soja em particular e voltariam à baila como centro das polêmicas com o governo no ano de 2023. Um último ponto que emerge nessa conjuntura é o problema da seca que leva as entidades do agronegócio a reclamarem do governo medidas paliativas entre as quais se destacava a redução de impostos (ACSOJA, 2022g; INFOCAMPO, 2022h).

No ano de 2023, as atenções das entidades representativas do complexo sojeiro estiveram voltadas para os seguintes temas principais: as retenções, o dólar soja, o incremento da importação de insumos, as regulamentações da União Europeia referentes à compra de produtos agropecuários resultantes do desmatamento e que fazem uso de glifosato e as eleições presidenciais argentinas.

A reivindicação pela eliminação ou pelo menos redução das retenções foi reiterada diversas vezes pelas entidades da Mesa de Enlace e das 4 Cadenas ao longo de 2023 (ACSOJA, 2023a; LA NACIÓN, 2023a; BERTELLO, 2023a; ROSSI, 2023), especialmente quando o governo Fernández emitiu, em meados de 2023, decreto que visava utilizar os impostos sobre a exportação de soja para subsidiar a produção de farinha de trigo para atender o mercado interno, tendo em vista seu uso na produção de pão (ACSOJA, 2023b; LA NACIÓN, 2023b). O tema reapareceu durante a campanha eleitoral quando o candidato Javier Milei fez a promessa de eliminar as retenções e foi se aproximando gradualmente de reivindicações históricas do agronegócio em geral e do complexo da soja em particular (GILBERT, 2023; CANAL RURAL, 2023).

No que se refere ao dólar soja, as entidades ligadas ao complexo da soja rechaçaram a medida do governo, considerando-a insuficiente e apontando para a necessidade de unificar o câmbio (PEPPA, 2023; CLARIN, 2023; ROSSI, 2023a). A pressão por liberalização da importação de insumos foi outro reclamo das entidades ligadas ao complexo da soja (ACSOJA, 2023a, 2023b; LA NACIÓN, 2023c).

No segundo semestre de 2023, as principais entidades do complexo da soja passaram a confrontar as medidas regulatórias adotadas pela União Europeia que criavam obstáculos para a exportação argentina de produtos agropecuários oriundos de zonas de desmatamento e que usam glifosato. Sobre a lei anti-desmatamento da União Europeia, os produtores de soja e milho da Argentina (ACSOJA e MAIZAR), do Brasil (ABRAMILHO, APROSOJA e CNA) e do Paraguai (Asociación de Productores de Soja, Oleaginosas y Cereales de Paraguay – APS e Cámara Paraguaya de Exportadores

y Comerciantes de Cereales y Oleaginosas – CAPECO) lançaram manifesto conjunto rechaçando de modo contundente a referida iniciativa (ACSOJA, 2023c).

Já sobre a medida relacionada ao uso de glifosato no cultivo, entidades do complexo da soja da Argentina (AAPRESID, ACSOJA), do Brasil (APROSOJA Brasil e APROSOJA Mato Grosso), do Paraguai (APS e CAPECO) e do Uruguai (Mesa Tecnológica de Oleaginosos – MTO) pressionaram a União Europeia pela renovação da licença que autoriza o uso deste agrotóxico (ACSOJA, 2023d). Tal licença foi renovada pela União Europeia por mais 10 anos (AGROVERDAD, 2023).

Às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais, 84 entidades ligadas ao agronegócio argentino, incluindo todas as representações do complexo da soja, lançaram um manifesto intitulado “A agroindústria consolida a Argentina”, a partir do qual procuraram fazer a defesa de democracia, dos direitos humanos, da propriedade privada e da igualdade perante a lei. Além disso, apontaram a agroindústria como solução para os problemas de desenvolvimento e crescimento da nação e destacaram as seguintes pautas como necessárias:

(...) acordos prioritários para obter superávit fiscal, unificação cambial, austeridade monetária e (...) redução da pressão tributária, com uso mais eficiente dos recursos públicos em benefício de melhores educação, saúde, justiça e segurança. Estes pilares devem ser acompanhados de uma política agroindustrial como instrumento de estabilização macroeconômica e de geração de divisas e de trabalho genuíno (AGROSITIO, 2023).

Neste documento, não constava apoio a nenhuma das candidaturas presidenciais. O objetivo desta articulação era o de evidenciar a importância da agroindústria para os rumos da economia do país e interpelar os presidenciáveis para as pautas específicas do setor.

Eleito no segundo turno por uma ampla margem de votos 55,7% contra 44,3% de Sérgio Massa, Javier Milei logrou também obter expressiva vitória nas principais províncias da zona da soja aproximados, tais como, em termos percentuais aproximados: Córdoba (74% contra 26%) e Santa Fé (62,8% contra 37,2%), não ficando muito atrás no chamado bastião do peronismo: província de Buenos Aires, onde perdeu por uma pequena diferença de 1,5%, mas ganhou no bastião do macrismo: na cidade de Buenos Aires (57,25% a 42,75%).

Observando todo o processo eleitoral, é possível afirmar com segurança que Milei estava muito distante de ser o candidato preferido da burguesia local em geral e do complexo da soja em particular, sendo mais tratado como uma incógnita. Se, por um lado, predominava certo rechaço das classes dominantes argentinas à candidatura de Massa, expressando a força do antiperonismo e o voto de castigo contra o ministro da Economia, por outro, em termos gerais, a burguesia local se inclinava a apoiar a candidatura do macrismo representada por Patricia Bullrich. A entrevista de Rodolfo Rossi, presidente da ACSOJA, realizada em setembro de 2023, deixa clara essas

tendências. Sobre Massa, Rossi afirma que não terá condições de vencer as eleições e que, como opinião pessoal, não desperta confiança. Em relação a Milei, manifesta dúvidas por não conhecer a fundo suas propostas e por não ter se reunido com ele. Na entrevista, o dirigente da ACSOJA salienta a qualidade do candidato Juan Schiaretti, então governador de Córdoba, mas demonstra projetar mais esperanças na candidatura de *Juntos por el Cambio*: “Eles sabem que leis são necessárias, como a lei sobre fertilizantes, agroquímicos e sementes. Eles têm a experiência de terem passado quatro anos, nos quais, no geral, foram bastante comunicativos e transparentes com o setor” (ROSSI, 2023b).

Algumas das propostas de Milei foram claramente rechaçadas pela burguesia local em geral e pelo complexo da soja em particular, tais como: a dolarização da economia e o rompimento de relações comerciais com China e Brasil por serem países governados por comunistas (ROSSI, 2023b; MAGALHÃES, 2023). No entanto, outras tinham claro alinhamento com reivindicações históricas especialmente do agronegócio, como: a crítica ao estatismo e ao kirchnerismo, a eliminação de todas as retenções e a unificação cambial (CANAL RURAL, 2023; MILEI, 2023).

No segundo turno, os votos antiperonistas e de rechaço à gestão de Fernández, vista como responsável pela agudização da crise econômica, ganharam a cena eleitoral e, com o apoio do macrismo, Milei conseguiu vencer as eleições com margem de voto muito semelhante a obtida por Bolsonaro diante de Haddad no Brasil. Logo que foi anunciado no nome do novo presidente argentino, entidades do agro ligadas à Mesa de Enlace felicitaram Milei e manifestaram apoio e necessidade de diálogo com a nova gestão (INFOBAE, 2023).

A partir do que analisamos acima, é possível observar que tanto os setores da porteira para dentro (Mesa de Enlace) quanto os da porteira para fora (ACSOJA e 4 Cadenas) atuaram conjuntamente para frear as iniciativas do governo Alberto Fernández que apontavam para uma maior intervenção do Estado na economia e continham certo viés estatizante ou que buscavam dar prioridade ao mercado interno em uma situação de combinação explosiva de crise econômica com crise sanitária. Tal atuação conjunta dessas frações do agronegócio da soja indica que o modelo de desenvolvimento capitalista almejado historicamente pelo peronismo é concebido como um verdadeiro entrave para a produção e os negócios das classes dominantes da soja e isso se viu reforçado no contexto de crise aberta pelo qual ainda passa o país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as discussões que procuramos desenvolver neste trabalho, constatamos que o processo de sojização das economias argentina e brasileira se vinculam diretamente ao modelo econômico neoliberal periférico que, por sua vez, reforça o caráter dependente desses países, atrelando-os à lógica da novíssima

dependência. Em outros termos, a cadeia produtiva da soja prospera e avança nesse modelo e, por conseguinte, reafirma o posicionamento dependente das economias do Brasil e da Argentina na divisão internacional do trabalho. Isso faz com que o apoio às políticas neoliberais - extremadas, no caso do governo Bolsonaro - seja tão enfático por parte dos agentes do complexo da soja brasileiro e que políticas de caráter intervencionista e estatizante sejam tão execradas por parte dos sojeiros argentinos. No entanto, embora tenham esse ponto em comum, é preciso ressaltar que as cadeias produtivas da soja no Brasil e na Argentina possuem particularidades que produziram impactos econômicos, políticos e sociais distintos na conjuntura aqui abordada.

No caso brasileiro, observamos uma postura modular e pragmática por parte do segmento agroindustrial e comercial da cadeia da soja no que se refere às medidas e posicionamentos negacionistas - diante da problemática ambiental e no contexto pandêmico - e antidemocráticos - no que se refere ao contexto eleitoral - por parte do governo Bolsonaro. Inferimos, assim, que a oscilação no posicionamento dos segmentos industriais e comerciais do complexo sojicultor brasileiro denotam que a unidade com o governo em questão se dava quando seus interesses poderiam ser prejudicados no cenário internacional, a exemplo da oposição realizada diante da campanha *Defund Bolsonaro*. O conflito com o governo Bolsonaro, por sua vez, tinha o mesmo fundamento da unidade: as críticas realizadas ao então presidente e seus apoiadores ocorriam quando o negacionismo, as ações (e inações) e as violações aos princípios da democracia poderiam ferir a imagem do Brasil no exterior, e, assim, afetar seus interesses econômicos.

Já os produtores de soja expressaram uma unidade muito forte com o governo Bolsonaro. Como pudemos analisar, o vínculo com o bolsonarismo foi cada vez mais fortalecido e se fundamentou no alinhamento ideológico em torno da truculenta defesa à propriedade agrária e do combate aos movimentos populares do campo e dos povos tradicionais e indígenas. O maior exemplo desse apoio incondicional, porque ideologicamente alinhado, é o fato de os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 terem sido financiados por sojicultores, entre outros agentes ruralistas.

Na Argentina, pudemos observar a retomada dos históricos conflitos envolvendo as classes dominantes do agronegócio, em especial as vinculadas à cadeia da soja, e as vertentes mais progressistas do peronismo representadas por Alberto Fernández (ala mais moderada) e Cristina Kirchner (ala mais à esquerda). Mesmo tendo o governo Fernández buscado em alguns momentos se aproximar dos segmentos ligados à agroindústria, vide a própria criação do Conselho da Agroindústria durante o seu governo, no geral, prevaleceu a oposição em bloco a todas as iniciativas governamentais que procuraram dar ênfase ao Estado em detrimento do capital privado e ao mercado interno em detrimento do mercado externo. Isso indica que as representações patronais do agronegócio da soja na Argentina possuem forte vinculação

e compromisso com o modelo capitalista neoliberal e com o tipo de desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo típico da novíssima dependência.

A discussão que aqui buscamos apresentar suscitou algumas indagações. Não temos a pretensão de respondê-las, porém, vale destacá-las. Pudemos observar que o posicionamento político dos agentes da cadeia produtiva da soja no Brasil e na Argentina são distintos, o que torna fundamental considerar as particularidades das referidas formações sociais nas análises das situações concretas. Nesse sentido, cabe fazer o seguinte questionamento: considerando o complexo da soja, o que explica o fato de a posse da terra desempenhar um papel mais central no conflito agrário brasileiro quando comparado ao argentino? Algumas hipóteses poderiam ser levantadas para dar conta dessa pergunta:

Em primeiro lugar, como destacado por Bender (2017), a Argentina conta com terras valorizadas pela alta produtividade e fertilidade do solo, que permitem a geração de rendas diferenciais. Somado a isso, deve-se considerar a forte proximidade dessas regiões de terra fértil com os locais de escoamento da produção para exportação. No Brasil, as condições da produtividade e da fertilidade do solo, assim como da distribuição da produção são muito mais adversas, o que pode fazer com que a questão da expansão das fronteiras agrícolas e, por consequência, da posse da terra ganhe mais relevância no debate agrário.

Em segundo lugar, devemos considerar que, na Argentina, os processos de arrendamento da terra têm se intensificado de maneira mais marcante nos últimos anos, o que pode estar provocando uma crescente dissociação entre a figura do proprietário de terras e a do produtor rural. Fenômeno este que não ocorre no Brasil com a mesma amplitude, tendo em vista que os agentes responsáveis pelos processos de compra e venda da terra tendem a estar mais vinculados à dinâmica da produção rural.

Em terceiro lugar, chama-nos a atenção o reduzido peso que os movimentos de luta pela terra possuem historicamente na Argentina quando comparados ao Brasil, o que pode ser considerado como outro fator que explique o fato de a questão da posse da terra possuir reduzido impacto no conflito agrário argentino. Se formos considerar apenas a conjuntura mais imediata, é possível observar que debates como a demarcação de terras indígenas e quilombolas ou iniciativas como a CPI do MST estão bem distantes de ter protagonismo no conflito agrário argentino no período atual.

Ademais, como vários estudos têm indicado, a contratação direta da força de trabalho no campo é muito mais intensa no Brasil do que na Argentina, país este que tem adotado em ampla escala o modelo de prestação de serviços terceirizados na produção rural e isso tal configuração do mercado de trabalho pode produzir efeitos diferenciais sobre as dinâmicas da luta pela terra nos dois países.

Na pesquisa que realizamos, foi possível observar ainda que a defesa do neoliberalismo é marcante nas posições dos agentes patronais da soja no Brasil e na Argentina. Deste modo, indagamos se, como apontado por Ostiguy (1990), o modelo

econômico neoliberal em vigor exerce influência direta na conformação da ideologia das frações burguesas que viram seus negócios prosperarem durante a conjuntura de consolidação desse modelo econômico. Isso nos remete, inclusive, à teoria de Nicos Poulantzas (1974, 1975) a respeito de como as frações burguesas das economias dependentes são política e ideologicamente fracas, considerando o fato de não terem logrado dirigir os processos de revolução burguesa, tal como sucedera nos países centrais. Ou melhor, dada a fragilidade político-ideológica das burguesias locais, torna-se tendencialmente mais difícil elas lograrem se apresentar na conjuntura política com um programa que aponte para a ruptura com os laços de dependência. Tal tendência pode vir a se agravar ainda mais quando observamos que as classes dominantes do agronegócio da soja se projetaram economicamente no processo de consolidação do modelo capitalista neoliberal, que tem contribuído significativamente para aprofundar a posição de subalternidade dos países dependentes na divisão internacional do trabalho.

## REFERÊNCIAS

3TRES3. **Argentina reapertura las exportaciones de harina y aceite de soja.** 23 mar. 2022. Disponível em: <[https://www.3tres3.com/es-ar/ultima-hora/argentina-reapertura-de-las-exportaciones-de-harina-y-aceite-de-soja\\_13790/](https://www.3tres3.com/es-ar/ultima-hora/argentina-reapertura-de-las-exportaciones-de-harina-y-aceite-de-soja_13790/)>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ABIOVE. **Comunicado da Abiove sobre medidas adotadas pelas associadas para conter o avanço da pandemia de Coronavírus.** 27 mar. 2020a. Disponível em: <<https://abiove.org.br/abiove-na-midia/comunicado-sobre-medidas-para-contencao-do-avanco-do-coronavirus/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ABIOVE. **Presidente da Aprosoja BR faz artigo para enaltecer o produtor mas, ao invés disso, ataca as tradings, maiores parceiros do produtor de soja e milho. Artigo releva que a Aprosoja BR despreza a visão de cadeia. Faltou humildade ao presidente da Aprosoja.** 9 de out. de 2020b. Twitter: @ABIOVEBR. Disponível em: <<https://twitter.com/ABIOVEBR/status/1314621626235998209>>. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

ABIOVE. **A Abiove recebeu com surpresa a nota distribuída pela Aprosoja Brasil. Nada do que está ali descrito, corresponde à verdade.** 28 mar. 2022. @ABIOVEBR. Disponível em: <<https://twitter.com/ABIOVEBR/status/1508553875145609225>>. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

ABIOVE. **A ABIOVE repudia as manifestações...** 9 de jan. de 2023. @ABIOVEBR. Disponível em: <<https://twitter.com/ABIOVEBR/status/1612430642066739202>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ACSOJA. **Comunicado: Del pozo solo saldremos para arriba.** 6 mar 2020a. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-del-pozo-solo-saldremos-para-arriba/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.



ACSOJA. **La cadena agroindustrial reconoce la tarea de los transportistas en la emergencia.** 25 mar. 2020b. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/la-cadena-agroindustrial-reconoce-la-tarea-de-los-transportistas-en-la-emergencia/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Preocupa la seguridad jurídica y un mayor avance del Estado sobre las cadenas agroalimentarias.** 11 jun. 2020c. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/preocupa-la-seguridad-juridica-y-un-mayor-avance-del-estado-sobre-las-cadenas-agroalimentarias/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Comunicado:** La cadena agroindustrial reitera su apoyo a la posición del Gobierno Argentino a ser socio activo del MERCOSUR. 3 jul. 2020d. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-la-cadena-agroindustrial-reitera-su-apoyo-a-la-posicion-del-gobierno-argentino-a-ser-socio-activo-del-mercosur/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Comunicado:** El sector Agroindustrial ante la iniciativa parlamentaria contra el “vandalismo rural”. 2 jul. 2020e. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-el-sector-agroindustrial-ante-la-iniciativa-parlamentaria-contra-el-vandalismo-rural/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Las Cuatro Cadenas expresamos nuestro repudio a los episodios de usurpación ilegal de tierras que vienen sucediendo en distintas regiones del país.** 22 oct 2020f. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-las-cuatro-cadenas-expresamos-nuestro-repudio-a-los-episodios-de-usurpacion-ilegal-de-tierras-que-vienen-sucediendo-en-distintas-regiones-del-pais/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **La ley de manejo del fuego, recientemente sancionada por el Congreso Nacional, presume que los propietarios rurales son delincuentes potenciales.** 12 dic. 2020g. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-la-ley-de-manejo-del-fuego-recientemente-sancionada-por-el-congreso-nacional-presume-que-los-propietarios-rurales-son-delincuentes-potenciales/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **En plena cosecha de trigo y cebada la Argentina no puede darse el lujo de tener los puertos cerrados.** 17 dez. 2020h. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-en-plena-cosecha-de-trigo-y-cebada-la-argentina-no-puede-darse-el-lujo-de-tener-los-puertos-cerrados/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Las cuatro cadenas de cultivos manifiestan su preocupación ante medidas que se están tomando y que atentan contra el desarrollo del sector y del país.** 5 jan. 2021a. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-las-cuatro-cadenas-de-cultivos-manifiestan-su-preocupacion-ante-medidas-que-se-estan-tomando-y-que-atentan-contra-el-desarrollo-del-sector-y-del-pais/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Comunicado:** El sector reclama una prórroga para debatir un proyecto que evite cierres masivos de industrias de biocombustibles. 23 abr. 2021b. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-el-sector-reclama-una-prorroga-para-debatir-un-proyecto-que-evite-cierres-masivos-de-industrias-de-biocombustibles/>>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Comunicado:** “Alarma en las cadenas de valor de la soja y del maíz por el proyecto de ley de biocombustibles del Frente de Todos”. 21 maio 2021c. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-alarma-en-las-cadenas-de-valor-de-la-soja-y-del-maiz-por-el-proyecto-de-ley-de-biocombustibles-del-frente-de-todos/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **“Medidas que continúan atentando contra la producción y el crecimiento.”** 18 maio 2021d. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-4-cadenas-medidas-que-continuan-atentando-contra-la-produccion-y-el-crecimiento/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Las 4 Cadenas de Cultivo sostienen que es fundamental mantener la esencia del INTA.** 26 ago 2021e. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-4cadenasarg-las-4-cadenas-de-cultivo-sostienen-que-es-fundamental-mantener-la-esencia-del-inta/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **El CAA reiteró al Presidente de la Nación su preocupación y rechazo por el cierre de exportaciones de carne bovina.** 1º. set 2021f. Disponível em: <[https://twitter.com/ACSOJA\\_Arg/status/1433092820047384577](https://twitter.com/ACSOJA_Arg/status/1433092820047384577)> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Comunicado 4CadenasArg:** “Viejas políticas que han fracasado solo agravarán la situación económica”. 25 fev. 2022a. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-4cadenasarg-viejas-politicas-que-han-fracasado-solo-agravarán-la-situación-económica/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Nuestro país tiene la oportunidad de crecer.** El camino es outro. 14 mar. 2022b. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-nuestro-pais-tiene-la-oportunidad-de-crecer-el-camino-es-otro/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **“Sin insumos no hay producción”.** 2 abr. 2022c. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-4cadenasarg-sin-insumos-no-hay-produccion/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **La cadena de soja planteo al Ministro Domínguez la urgente necesidad de un cambio de rumbo.** 27 maio 2022d. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-la-cadena-de-soja-planteo-al-ministro-dominguez-la-urgente-necesidad-de-un-cambio-de-rumbo/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **ACSOJA manifiesta su preocupación ante la decisión del Banco Central de aumentar la tasa de interés a los productores de soja.** 9 set 2022e. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-acsoja-manifiesta-su-preocupacion-ante-la-decision-del-banco-central-de-aumentar-la-tasa-de-interes-a-los-productores-de-soja/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **La cadena de la soja una vez más rechaza un nuevo dólar soja.** 11 nov. 2022f. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-la-cadena-de-la-soja-una-vez-mas-rechaza-un-nuevo-dolar-soja/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **ACSOJA alerta sobre el duro momento que atraviesa el cultivo de soja y su impacto en toda la cadena.** 28 dez 2022g. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-acsoja-alerta-sobre-el-duro-momento-que-atraviesa-el-cultivo-de-soja-y-su-impacto-en-toda-la-cadena/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **La cadena de soja, en audiencia con el Secretario de Agricultura Bahillo, planteo la apremiante necesidad de un cambio de estrategia y trabajo conjunto.** 10 fev. 2023a. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/comunicado-la-cadena-de-soja-en-audiencia-con-el-secretario-de-agricultura-bahillo-planteo-la-apremiante-necesidad-de-un-cambio-de-estrategia-y-trabajo-conjunto>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Contra la repetición de medidas probadamente inútiles.** 2 jun. 2023b. Disponível em: <<https://www.acsoja.org.ar/comunicado-4cadenasarg-contra-la-repeticion-de-medidas-probadamente-inutiles/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Manifiesto de los productores de soja y maíz de América del Sur sobre la ley antideforestación de la Unión Europea.** 26 set. 2023c. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/manifiesto-de-los-productores-de-soja-y-maiz-de-america-del-sur-sobre-la-ley-antideforestacion-de-la-union-europea/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

ACSOJA. **Declaración conjunta por la renovación de licencia de uso del glifosato en la EU.** 6 out. 2023d. Disponível em: <<http://www.acsoja.org.ar/declaracion-conjunta-de-entidades-que-representan-a-productores-y-cadenas-de-argentina-brasil-uruguay-y-paraguay/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

AGROADVANCE. **6 maiores produtores de soja do mundo: quando e quanto produzem?.** 8 set. 2023. Disponível em: <<https://agroadvance.com.br/blog-6-maiores-produtores-de-soja-do-mundo/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

AGROEMDIA. **Quatro multinacionais controlam o mercado mundial da soja.** 14 dez. 2022. Disponível em: <<https://agroemdia.com.br/2022/12/14/quatro-multinacionais-controlam-o-mercado-mundial-da-soja/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

AGROFY NEWS. **Cronología de las retenciones en Argentina: un repaso desde su origen en 1862.** 16 dez 2019. Disponível em: <<https://news.agrofy.com.ar/noticia/177071/cronologia-retenciones-argentina-repaso-su-origen-1862>>

AGROSITIO. **La Agroindustria consolida la Argentina.** 20 out. 2023. Disponível em: <<https://www.agrositio.com.ar/noticia/231751-la-agroindustria-consolida-la-argentina.html>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

AGROVERDAD. **Glifosato: la Unión Europea extenderá su autorización de uso 10 años más.** 17 nov. 2023. Disponível em: <<https://agroverdad.com.ar/2023/11/glifosato-la-union-europea-extendera-su-autorizacion-de-uso-10-anos-mas>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

AMIN, S. **Au-delà du capitalisme sénile.** Pour un XX siècle non-américain. Paris: Actuel Marx Confrontations/PUF, 2002.

APROSOJA. **Mais uma vez grandes multinacionais querem explorar o produtor rural brasileiro**, 28 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2022/03/28/mais-uma-vez-grandes-multinacionais-querem-explorar-o-produtor-rural-brasileiro/>> . Acesso em: 25 de nov. de 2023.

BATISTA, F.; FREITAS, T. Com receio da esquerda, agricultura fecha apoio a Bolsonaro. **Revista Exame**, 28 set. 2018. Disponível: <<https://exame.com/brasil/com-receio-da-esquerda-agricultura-fecha-apoio-a-bolsonaro/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BENDER, P. M. O complexo de soja argentino, análise da sua configuração espacial e rendas diferenciais: algumas comparações com o Brasil. **Caminhos de Geografia**, vol. 18, n. 62, 2017. Acesso em 20 de nov. de 2023.

BERTELLO, F. El triunfo de Fernández. El campo quiere diálogo y producir sin trabas. **La Nación**, 28 out. 2019. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/el-triunfo-fernandez-la-agroindustria-quiere-dialogo-nid2301334/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BERTELLO, F. Retenciones: el campo busca el apoyo de gobernadores. **La Nación**, 1º mar 2020. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/retenciones-campo-busca-apoyo-gobernadores-nid2338451/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BERTELLO, F. Fuerte rechazo en el agro a que el Estado tome el control de la hidrovía.

**La Nación**, 29 jun. 2021a. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/fuerte-rechazo-en-el-agro-a-que-el-estado-tome-el-control-de-la-hidrovía-nid29062021/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BERTELLO, F. Sorpresa y preocupación en el agro porque Bayer deja su negocio de semillas de soja. **La Nación**, 31 jul. 2021b. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/sorpresa-y-preocupacion-en-el-agro-porque-bayer-deja-su-negocio-de-semillas-de-soja-nid31072021/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BERTELLO, F. “El modelo está agotado”: en el campo exigen eliminar retenciones e intervenciones. **La Nación**, 7 mar. 2023a. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/el-modelo-esta-agotado-en-el-campo-exigen-eliminar-retenciones-e-intervenciones-nid07032023/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BERTELLO, F. El Gobierno no prorrogará el dólar soja que vence a fin de mês. **La Nación**, 21 set. 2023d. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/el-gobierno-no-prorrogara-el-dolar-soja-que-vence-a-fin-de-mes-nid21092023/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BICHOS DE CAMPO. **Sin la Rural, ni AACREA, ni AAPRESID, desde la cadena agroindustrial le desearon mucho “éxito” a Alberto Fernández.** 22 nov. 2019. Disponível em: <<<https://bichosdecampo.com/sin-la-rural-ni-aacrea-ni-aapresid-desde-la-cadena-agroindustrial-le-desearon-mucho-exito-a-alberto-fernandez/>>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BICHOS DE CAMPO. **Aapresid alertó que la intervención al mercado del maíz estimula la sojización y pidió dar marcha atrás.** 4 jan. 2021. Disponível em: <<<https://bichosdecampo.com/aapresid-alerto-que-la-intervencion-al-mercado-del-maiz-estimula-la-sojizacion-y-pidio-dar-marcha-atras/>>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BOLSA DE COMERCIO DE ROSARIO. **Informe semanal - mercados, set., 2019.** Disponível em: <<[https://cdi.mecon.gob.ar/bases/doc/bcr/info\\_sem/1923.pdf](https://cdi.mecon.gob.ar/bases/doc/bcr/info_sem/1923.pdf)>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** São Paulo: Ed. da Unesp; Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

BOITO JR., A. O neofascismo no Brasil. **Boletim LIERI**, UFRRJ, n. 1, maio de 2019.

BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

BOITO JR., A.; ROJAS, G. Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirchner. **33º. Encontro Nacional da Anpocs**, 2009.

BOYADJIAN, C. Elecciones 2019: fin de la incertidumbre y baja de tasas, prioridades de los empresarios. **El Cronista**, 27 out. 2019. Disponível em: <<<https://www.cronista.com/economia-politica/Elecciones-2019-fin-de-la-incertidumbre-y-baja-de-tasas-prioridades-de-los-empresarios-20191027-0036.html#l1nn6p5i2sgwittyucmd>>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

CANAL RURAL. **Argentina: quem é Javier Milei?** E o que ele quer para o agronegócio. 14 ago 2023. Disponível em: <<<https://www.canalrural.com.br/agricultura/argentina-quem-e-javier-milei-e-o-que-ele-quer-para-o-agronegocio/>>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

CANTAMUTTO, F; SCHORR, M. El gobierno de Alberto Fernández: balance del primer año de gestión. Una mirada desde la economía política. **e-l@tina**. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 20, núm. 78, 2022.

CARINI, G. F. Lo viejo, lo nuevo y lo renovado en el agro argentino: un balance sobre las asociaciones de productores. **Anuario del del Instituto de Historia Argentina**, vol. 22, n. 1, mayo-oct, 2022.

CASA ROSADA. **El Presidente firmó el Compromiso Argentino por el Desarrollo y la Solidaridad con organizaciones sindicales, sociales y empresariales.** 27 dez. 2019. Disponível em: <<<https://www.casarosada.gob.ar/slider-principal/46639-se-firmo-el-compromiso-argentino-por-el-desarrollo-y-la-solidaridad>>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

CASTILHO, A. et al. Entre 16 financiadores do golpe denunciados por CPMI, 13 são fazendeiros. **De olho nos ruralistas**, 17 out 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/10/17/entre-16-financiadores-do-golpe-denunciados-por-cpmi13-sao-fazendeiros/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

CECHIN, A; NONNENBERG, M. J. B. **Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) e implicações sobre as exportações de produtos do agronegócio – SOJA**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12124/1/Publicacao\\_preliminar\\_TD\\_NV\\_S\\_implicacoes\\_exportacoes\\_soja.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12124/1/Publicacao_preliminar_TD_NV_S_implicacoes_exportacoes_soja.pdf)>

CENTENERA, M. **‘Tractorazo’ del campo contra el Gobierno argentino**. 23 abr. 2022. Disponível em: <<https://elpais.com/economia/2022-04-24/tractorazo-del-campo-contra-el-gobierno-argentino.html>> Acesso em 13 de out. de 2023.

CLARÍN. **Fuerte rechazo de productores a un nuevo dólar para el campo**. 21 jul. 2023. Disponível em: <[https://www.clarin.com/rural/fuerte-rechazo-produccion-nuevo-dolar-campo\\_0\\_gUtpDIHSJk.html](https://www.clarin.com/rural/fuerte-rechazo-produccion-nuevo-dolar-campo_0_gUtpDIHSJk.html)> Acesso em 13 de out. de 2023

CNN BRASIL. **Leia as íntegras das cartas pela democracia da Fiesp e da USP**. 11 ago. 2022. Disponível: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-as-integras-das-cartas-pela-democracia-da-fiesp-e-da-usp/>> Acesso em 13 de out. de 2023

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos – safra 2021/2022**. Brasília, vol. 9, n. 12, 2022. Disponível: <[https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/44171\\_1d9f893d78f593b07d41887104acc43f](https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/44171_1d9f893d78f593b07d41887104acc43f)> Acesso em 13 de out. de 2023

COTARELO, M. C. Los propietarios en la calle. Argentina 2008-2020. **Revista Conflicto Social**, Ano 13 n. 24, jul-dic 2020.

DEL PASSO, O. F.; VALLE, A. F. P. As frações burguesas e o governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19 (2020-2021). **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, vol. 6, n. 9, 2021.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

EMBRAPA. **Soja em números: safra 2022/2023**, 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em 13 de out. de 2023

FARIAS, F. P. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia Política**, n. 15, 2000.

FERREIRA, M. D. O agronegócio da soja e a indústria têxtil no Brasil frente à política externa brasileira para a China (2003-2010). In: VALLE, A. F. P; NARCISO, P. F. (orgs.). **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. Florianópolis: Enunciado, 2021.

FIALHO, B; BASSI, B.S.; LUÍS INDRIUNAS, L.; RAMOS, M. F.; PITTELKOW, N. **As origens agrárias do terror**. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/05/As-Origens-Agrarias-do-Terror-2023.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. In: **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FORLINI, L. Os produtores de soja e o primeiro ano do governo Bolsonaro. In: VALLE, A. F. P; NARCISO, P. F. (orgs.). **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. Florianópolis: Enunciado, 2021.

FRIEDLANDER, M. Las imágenes de los tractorazos y asambleas en contra de la suba de retenciones. **Infocampo**, 27 dez. 2019a. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/las-imagenes-de-los-tractorazos-y-asambleas-en-contra-de-la-suba-de-retenciones/>> Acesso em 13 de out. de 2023

FRIEDLANDER, M. Después del tractorazo, se viene un camionetazo en Paraná contra las retenciones. **Infocampo**, 30 dez. 2019b. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/despues-del-tractorazo-se-viene-un-camionetazo-en-parana-contra-las-retenciones/>> Acesso em 13 de out. de 2023

GABBI, M. T. T. et al. Análise das trajetórias das exportações de Brasil e Argentina no comércio internacional do complexo soja (1990- 2018). **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 4, out-dez, 2020.

GIARRACCA, N.; TEUBAL, M. Del desarrollo industrial al agronegocio: el caso argentino In: Fernandes, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GILBERT, J. Agronegócio argentino ‘farto de impostos’ vê salvação em Javier Milei. **Bloomberg**, 10 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.bloomberglinea.com.br/agro/agronegocio-argentino-farto-de-impostos-ve-salvacao-em-javier-milei/>> Acesso em 13 de out. de 2023

GRAS, C. Los empresarios de soja: câmbios y continuidades en la fisionomía y composición interna de las empresas agropecuarias. **Mundo Agrario**, vol. 12, n. 24, 2012.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: \_\_\_\_ (orgs.). **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GRIMALDI, N. Mesa de Enlace (Argentina 2008-2015) In: SALOMÓN, A; MUZLERA, J. (orgs.). **Diccionario del agro iberoamericano**. Buenos Aires, Teseo Press, 2020.

GULINO, D.; COPLE, J. Fraude em vacinação, joias sauditas, 8 de janeiro: inqueritos e ações contra Bolsonaro chegam a 24; entenda os casos. **O Globo**, 4 maio 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/fraude-em-vacinacao-joias-sauditas-8-de-janeiro-inqueritos-e-aco-es-contra-bolsonaro-chegam-a-24-entenda.ghtml>> Acesso em 13 de out. de 2023

INDEC. **Comercio exterior** – Complexos exportadores. Informes técnicos, Vol. 7, nº 179, 1º. sem. 2023a. Disponível em: <[https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/complejos\\_09\\_23312BB213E9.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/complejos_09_23312BB213E9.pdf)> Acesso em 13 de out. de 2023

INFOBAE. **Los principales empresarios saludaron a Milei por ganar el balotaje y esperan medidas urgentes y consenso con la oposición.** 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.infobae.com/economia/2023/11/20/camaras-empresarias-saludaron-a-milei-por-ganar-el-balotaje-y-esperan-medidas-urgentes-y-consenso-con-la-oposicion/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **El Gobierno confirmó que aumentará 3 puntos las retenciones a la soja y otorgará compensaciones.** 3 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/el-gobierno-confirmando-que-aumentara-3-las-retenciones-a-la-soja-y-otorgara-compensaciones/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Cuáles son las nuevas entidades que se sumaron al Consejo Agroindustrial Argentino.** 8 out. 2020b. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/cuales-son-las-nuevas-entidades-que-se-sumaron-al-consejo-agroindustrial-argentino/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Paro en los puertos: la Mesa de Enlace se metió en el conflicto y le pidió ayuda al Gobierno,** 17 dez. 2020c. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/paro-en-los-puertos-la-mesa-de-enlace-se-metio-en-el-conflicto-y-le-pidio-ayuda-al-gobierno/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **La Mesa de Enlace, dura con el Gobierno: “Volvieron a defraudar al campo y a todo el interior productivo”.** 31 dez. 2020d. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/la-mesa-de-enlace-dura-con-el-gobierno-volvieron-a-defraudar-al-campo-y-a-todo-el-interior-productivo/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **“No vamos a apoyar ningún boicot, ni provocar devaluación, inflación o desabastecimiento”.** 6 jan. 2021a. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/no-vamos-a-apoyar-ningun-boicot-ni-provocar-devaluacion-inflacion-o-desabastecimiento/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Extienden el cese de comercialización por “la falta de respuesta” del Gobierno.** 28 maio 2021b. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/extienden-el-cese-de-comercializacion-por-la-falta-de-respuesta-del-gobierno/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Más entidades se suman al #9J y la protesta se extenderá más allá de San Nicolás.** 5 jul 2021c. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/mas-entidades-se-suman-al-9j-y-la-protesta-se-extendera-mas-alla-de-san-nicolas/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.



INFOCAMPO. **El campo le advirtió al Gobierno que protestará como en 2008 si sube las retenciones a trigo y maíz.** 12 mar 2022a. Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/el-campo-le-advirtio-al-gobierno-que-protestara-como-en-2008-si-sube-las-retenciones-a-trigo-y-maiz/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Mesa de Enlace:** “El Gobierno sigue generando incertidumbre y enviando pésimas señales”. 14 mar 2022b. Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/mesa-de-enlace-el-gobierno-sigue-generando-incertidumbre-y-enviando-pesimas-senales/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **“La matriz productiva en peligro”:** fuerte reclamo de la Mesa de Enlace de Córdoba por la crisis del gasoil. 13 jun. 2022c Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/la-matriz-productiva-en-peligro-fuerte-reclamo-de-la-mesa-de-enlace-de-cordoba-por-la-cri-sis-del-gasoil/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **La Mesa de Enlace anunció manifestaciones en las rutas por la crisis del gasoil.** 14 jun. 2022d. Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/la-mesa-de-enlace-anuncio-manifestaciones-en-las-rutas-por-la-cri-sis-del-gasoil/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Por la crisis del gasoil, la Mesa de Enlace de Santa Fe pidió la renuncia del Secretario de Energía.** 25 jun. 2022e. Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/por-la-cri-sis-del-gasoil-la-mesa-de-enlace-de-santa-fe-pidio-la-renuncia-del-secretario-de-energia/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **Crisis del gasoil: la Mesa de Enlace anunció un paro el 13 de julio.** 29 jun. 2022f. Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/cri-sis-del-gasoil-la-mesa-de-enlace-anuncio-un-paro-el-13-de-julio/>>

INFOCAMPO. **“Un nuevo relato disfrazado de beneficio”:** la Mesa de Enlace de Córdoba cuestionó el ‘dólar-soja’. 6 set 2022g Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/un-nuevo-relato-disfrazado-de-beneficio-la-mesa-de-enlace-de-cordoba-cuestiono-el-dolar-soja/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

INFOCAMPO. **El Gobierno y la Mesa de Enlace protagonizaron otro contrapunto, ahora por la sequía.** 21 dez. 2022h. Disponible em: <<https://www.infocampo.com.ar/el-gobierno-y-la-mesa-de-enlace-protagonizaron-otro-contrapunto-ahora-por-la-sequia/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

LACOUR, P. Cepo al maíz: los supuestos beneficiados dicen que la medida genera desconfianza. **La Nación**, 6 jan. 2021. Disponible em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/cepo-al-maiz-aseguran-productores-generara-mas-nid2562282/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

LA NACIÓN. **Granos:** cayó 31,2% el ingreso de camiones a Rosario por el temor a nuevos bloqueos. 3 fev. 2021a. Disponible em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/granos-cayo-312-ingreso-camiones-rosario-temor-nid2591344/>> Acceso em 20 de nov. de 2023.

LA NACIÓN. **Biocombustibles:** fuerte rechazo al avance en Diputados del proyecto oficial. 20 maio 2021b. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/agricultura/biocombustibles-fuerte-rechazo-al-avance-en-diputados-del-proyecto-oficial-nid20052021/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

LA NACIÓN. **Piden avanzar con un proceso “gradual” de baja de las retenciones.** 21 nov. 2021c. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/piden-avanzar-con-un-proceso-gradual-de-baja-de-las-retenciones-nid23112021/>>

LA NACIÓN. **Fuertes críticas de las cadenas agrícolas al control en trigo y maíz: “Erosiona la confianza”.** 20 dez. 2021d. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/agricultura/fuertes-criticas-de-las-cadenas-agricolas-al-control-en-trigo-y-maiz-erosiona-la-confianza-nid20122021/>>

LA NACIÓN. **Agro:** una decisión que urge. 26 ago. 2023a. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/editoriales/agro-una-decision-que-urge-nid26082023/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

LA NACIÓN. **“Probablemente inútil”:** fuerte reacción de las cadenas agrícolas tras un decreto de Alberto Fernández. 2 jun. 2023b. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/probablemente-inutil-fuerte-reaccion-de-las-cadenas-agricolas-tras-un-decreto-de-alberto-fernandez-nid02062023/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MAGALHÃES, M. Empresariado resiste a plano de Milei para dolarizar a economia. **Valor Econômico**, 2 out. 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/10/02/empresariado-resiste-a-plano-de-milei-para-dolarizar-argentina.ghtml>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MANGONNET, J. et al. Local Economic Voting and the Agricultural Boom in Argentina, 2007–2015. **Latin America Politics and Society**, vol. 60, n. 3, 2018.

MANGONNET, J.; MURILLO, M. V. El boom sojero y la protesta fiscal de los productores rurales. **Desarrollo Económico**, vol. 57, n. 221, mayo-ago, 2017.

MANZANAL, M. Territorio, poder y sojización en el Cono Sur latinoamericano. El caso argentino. **Mundo Agrario** vol. 18, nº 37, 2017.

MARTUSCELLI, D. E. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, n. 47, 2018.

MESQUIDA, F. Apoyo de la Mesa de Enlace a los ex integrantes procesados por la Justicia. **Infocampo**, 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/apoyo-de-la-nueva-mesa-de-enlace-a-los-ex-integrantes-procesados-por-la-justicia/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MESQUIDA, F. “Está claro que hay una estrategia para ningunear a la Mesa de Enlace para debilitarla”. **Infocampo**, 14 set. 2020. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/esta-claro-que-hay-una-estrategia-para-ningunear-a-la-mesa-de-enlace-para-debilitarla/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MESQUIDA, F. Terminó el paro: la Mesa de Enlace confirmó el fin del cese de comercialización tras la reapertura de exportaciones de maíz. **Infocampo**, 13 jan. 2021a. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/termino-el-paro-la-mesa-de-enlace-confirmo-el-fin-del-cese-de-comercializacion-tras-la-reapertura-de-exportaciones-de-maiz/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MESQUIDA, F. Ganaderos vs. Agricultores: el recuerdo de la 125 y la guerra fría por el cese de comercialización. **Infocampo**, 27 maio 2021b. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/ganaderos-vs-agricolas-el-recuerdo-de-la-125-y-la-guerra-fria-por-el-cese-de-comercializacion/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MESQUIDA, F. “El alto acatamiento del paro demuestra que lo que dijimos es correcto”. **Infocampo**, 2 jun. 2021c. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/el-alto-acatamiento-del-paro-demuestra-que-lo-que-dijimos-es-correcto/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MIGUEL, P. V. C. **O posicionamento do médio capital sojicultor na crise do impeachment (2013-2018)**. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2023.

MINISTERIO DE ECONOMÍA. **Estimaciones agrícolas**. Informe mensual, maio, 2023. Disponível em: <[https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/estimaciones/\\_archivos/estimaciones/230000\\_2023/230500\\_Mayo/230518\\_Informe%20Mensual%20al%201%2018-05-2023.pdf](https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/estimaciones/_archivos/estimaciones/230000_2023/230500_Mayo/230518_Informe%20Mensual%20al%201%2018-05-2023.pdf)> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MIRA, C. Sin hidrovía no hay competitividad. **La Nación**, 27 fev. 2021a. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/sin-hidrovia-no-hay-competitividad-nid2614140/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MIRA, C. Hidrovía: los privados aceptan el control oficial, pero rechazan la estatización. **La Nación**, 18 mayo 2021b. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/hidrovia-los-privados-aceptan-el-control-estatal-pero-rechazan-la-estatizacion-nid18052021/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

MITRE Y EL CAMPO. **Vicentin**: qué entidades de la Mesa de Enlace apoyan la intervención. 11 jun. 2020. Disponível em: <<https://mitreyelcampo.cienradios.com/vicentin-que-entidades-de-la-mesa-de-enlace-apoyan-la-intervencion/>>

NANNINI, W. T. Agronegócio e a extrema-direita bolsonarista: Simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil. **Ambientes**: Revista de Geografia e Ecologia Política, vol. 5, n.1, 2023. Acesso em 20 de nov. de 2023.

NANNINI, W. T.; CASIMIRO, F. H. C. “Agro”, a principal base de sustentação da extrema-direita bolsonarista: aprofundamento das desigualdades e barbárie socioambiental. In: SOUZA, A. D. M.; CASIMIRO, F. H. C. (org.). **Pesquisas sobre direitas no Brasil**. Aracaju: Criação Editora, 2022. Acesso em 20 de nov. de 2023.

NATANSON, J. El ascenso del PRO. El Atlas de la Argentina. **Le Monde Diplomatique**, 2017. Disponível em: <<https://www.eldiplo.org/notas-web/el-ascenso-del-pro/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **O agro é solidário, mas não só durante a pandemia, por Fernando Cadore**. 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/262711-o-agro-e-solidario-mas-nao-so-durante-a-pandemia-por-fernando-cadore.html>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

O'DONNELL, G. Estado y alianzas en Argentina, 1956-1976. **Desarrollo Económico**, vol. 16, n. 64, jan-mar, 1977.

OLIVEIRA, C. Eleitores de Bolsonaro estão em áreas de influência do agronegócio. **Rede Brasil Atual**, 10 out 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/eleitores-de-bolsonaro-estao-em-areas-de-influencia-do-agronegocio/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

OLIVEROS, V.; VOMMARO, G. Argentina 2021: elecciones en contexto de crisis. **Revista de Ciencia Política**, Pontificia Universidad Católica de Chile, vol. 42, n. 2, 2022.

OSTIGUY, P. **Los capitanes de la industria**: grandes empresarios, política y economía en la Argentina de los años 80. Buenos Aires, Editorial Legasa, 1990.

PÁGINA 12. **El texto completo de la Ley de Solidaridad y Reactivación Productiva**. 21 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/237024-el-texto-completo-de-la-ley-de-solidaridad-y-reactivacion-pr>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

PARAIZO, M. A. O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governos neodesenvolvimentistas. In: VALLE, A. F. P; NARCISO, P. F. (orgs.). **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. Florianópolis: Enunciado, 2021.

PEPPA, D. **En Voz Alta**: La cadena de la soja está expectante por el nuevo dólar para el sector, aunque reclama un tipo de cambio unificado. 3 abr. 2023. Disponível em: <<https://bichosdecampo.com/en-voz-alta-la-cadena-de-la-soja-esta-expectante-por-el-nuevo-dolar-para-el-sector-aunque-reclama-un-tipo-de-cambio-unificado/>> Acesso em 20 de nov. de 2023.

PEREIRA, B.B. **'O Brasil que queremos valoriza o agro eficiente'**. **Canal Rural**, 09 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/opiniao-noticias/o-brasil-que-queremos-valoriza-o-agro-eficiente/>>. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

PIVA, A. La política maniatada. Una lectura política de la crisis argentina desde 2012. **Revista Despierta**, ano 10, n. 13, 2023.

PITTA, I. **Agroindústria lança manifesto em defesa da democracia e crítica instabilidade.** CNN Brasil, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/agroindustria-lanca-manifesto-em-defesa-da-democracia-e-critica-instabilidade/> Acesso em: 13 de out. de 2023.

MILEI, J. **Plan de gobierno 2023-2027**, 2023. Disponível em: <https://milei2023.com.ar/public/propuestas.pdf> Acesso em: 20 nov. 2023.

POMPEIA, Caio. **O agrobolsonarismo.** Revista Piauí, edição 184, 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/> Acesso em 13 out. 2023.

POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. In. **Revista de Antropologia**, 66, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839> Acesso em 13 out. 2023.

PORTAL DBO. **Entidades do agro divulgam carta de apoio à Reforma da Previdência.** 2 abr. 2019. Disponível em: <https://portaldbo.com.br/entidades-do-agro-divulgam-carta-de-apoio-a-reforma-da-previdencia/> Acesso em 13 de out. de 2023.

POULANTZAS, N. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui.** Paris: Maspero, 1974.

POULANTZAS, N. **La crise des dictatures:** Portugal, Grèce, Espagne. Paris: François Maspero, 1975.

QUAIZEL, G. **La cadena agropecuaria votó a Macri y en Buenos Aires fue repartido.** 28 out. 2019. Disponível em: <https://www.noticiasagropecuarias.com/2019/10/28/la-cadena-agropecuaria-voto-a-macri-y-en-buenos-aires-fue-repartido/> Acesso em 13 de out. de 2023.

REINKE, M. Hidrovía: la agroindustria alerta por una suba en los costos logísticos por el control estatal. **La Nación**, 1º. jul 2021. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/hidrovia-la-agroindustria-alerta-por-una-suba-en-los-costos-logisticos-por-el-control-estatal-nid01072021/> Acesso em 13 de out. de 2023.

RENSI, J.; FERREIRA, M. D. *As trading companies na cadeia produtiva da soja e as relações sino-brasileiras.* 8º. **Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)**, 2021.

ROSSI, R. Opinión. Soja: una cadena focalizada en volver a crecer. **La Nación**, 26 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/opinion-soja-una-cadena-focalizada-en-volver-a-crecer-nid26082023/> Acesso em 13 de out. de 2023.

ROSSI, R. "La Libertad Avanza es la fuerza que más dudas nos genera" (entrevista). **Letra P**, 21 set. 2023b. Disponível em: <https://www.letrap.com.ar/entrevistas/rodolfo-rossi-la-libertad-avanza-es-la-fuerza-que-mas-dudas-nos-genera-n5403244> Acesso em 13 de out. de 2023.

SAES, D. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (orgs.). **Políticas sociais e desenvolvimento**: América Latina e Brasil. São Paulo: Xamã, 2007.

SALOMÓN, A; MUZLERA, J. (orgs.). **Diccionario del agro iberoamericano**. Buenos Aires, Teseo Press, 2020.

SCHNEIDER et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos avançados**, vol. 34, n. 100, 2020

SISA. **Soja 2022-2023**. Buenos Aires, Instituto Nacional de Semillas, 2023. Disponível em: <[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/inase\\_if\\_sisa\\_soja\\_22\\_23\\_v01.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/inase_if_sisa_soja_22_23_v01.pdf)> Acesso em 13 de out. de 2023.

SNA. **Aprosoja se desliga da Abag apontando diferenças de interesses e objetivos**. 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/aprosoja-se-desliga-da-abag-apontando-diferencas-de-interesses-e-objetivos/>> Acesso em 13 de out. de 2023.

TOLEDO, M. Isolamento por coronavírus pode atrapalhar safra de milho de MT, diz associação. **Folha S. Paulo**, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/isolamento-por-coronavirus-pode-atrapalhar-safra-de-milho-de-mt-diz-associacao.shtml>> Acesso em 13 de out. de 2023.

TZEIMAN, A. **El retorno del peronismo al gobierno en Argentina (2019-2023)**: de la ilusión al fracaso, mimeo, 2023. Acesso em 13 de out. de 2023.

UOL. Carta da Fiesp em defesa da democracia é assinada por 8 entidades do agronegócio. **Estadão conteúdo**, 5 ago. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/05/carta-da-fiesp-em-defesa-da-democracia-e-assinada-por-8-entidades-do-agronegocio.htm>> Acesso em 13 de out. de 2023.

VALLE, A. F. P.; NARCISO, P. F. Posfácio: do neodesenvolvimentismo ao neofascismo. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. Florianópolis: Enunciado, 2021.

VARROTTI, A. P. S. Las megaempresas del agronegocio: un estudio del modelo agrario a partir de las prácticas empresariales. **Estudios socioterritoriales**. Revista de Geografía, n. 26, jul-dez, 2019.

VILARINO, C. Campanha contra crimes ambientais que critica governo Bolsonaro irrita agronegócio. **Globo rural**, 4 set. 2020. Disponível: <<https://globo.rural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2020/09/campanha-contra-crimes-ambientais-que-critica-governo-bolsonaro-irrita-agronegocio.html>> Acesso em 13 de out. de 2023.

VOMMARO, G. Estado y alianzas..., cuarenta años después: elementos para pensar el giro a la derecha en Argentina. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 32, n.º 44, jan-jun, 2019.

WESZ JR., V. J. O mercado da soja no Brasil e na Argentina: semelhanças, diferenças e interconexões. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 1, p.114-161, jan-jun, 2014.

*Recebido em 12 de outubro de 2023*

*Aceito em 13 de novembro de 2023*

*Editado em novembro de 2023*